



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos  
humanos, no contexto da Diversidade cultural

## **O DEFICIENTE INTELECTUAL E O ENSINO DE HISTÓRIA - NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA-DF**

DAIANNE MARIA BARBOSA DA SILVA

BRASÍLIA, DF  
2015



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos  
humanos, no contexto da Diversidade cultural

DAIANNE MARIA BARBOSA DA SILVA

## **O DEFICIENTE INTELECTUAL E O ENSINO DE HISTÓRIA - NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA-DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso Pós-graduação *Lato sensu* -  
Especialização em Educação em e para os  
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade  
Cultural, como parte dos requisitos a obtenção  
do título de Especialista em Educação em e  
para os Direitos Humanos, no contexto da  
Diversidade Cultural.

Orientadora: Professora Mestra Suellen Neto Pires Maciel

BRASILIA, DF  
2015

SILVA, Daianne Maria Barbosa da. **O DEFICIENTE INTELECTUAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA-DF.** Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2015

Especialização (*Lato sensu*) – Universidade de Brasília – UNB, 2015

Orientada por: Professora Mestra Suellen Neto Pires Maciel

**Palavras - chaves:** 1 Educação inclusão; 2 deficiência intelectual;  
3 concepções metodológicas; 4 ensino de História



Universidade de Brasília  
Instituto de Psicologia  
Curso de Especialização em Educação *em e para* os Direitos  
humanos, no contexto da Diversidade cultural

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

DAIANNE MARIA BARBOSA DA SILVA

### **O DEFICIENTE INTELECTUAL E O ENSINO DE HISTÓRIA - NO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA-DF**

Trabalho apresentado para obtenção do título de Especialista do Curso  
de Educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade  
cultural, avaliado pela banca:

---

Professora Mestra Suellen Neto Pires Maciel  
(Orientadora)

---

Professora Doutora Maristela Rossato  
(Examinadora)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a sua realização. Aos familiares e amigos, e principalmente aos educadores, que assim como eu, tem esperança que um dia, todas as escolas sejam realmente inclusivas, que não distingua educandos por nenhuma de suas características; e para os que lutam para que isso seja possível.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me concede a graça de viver.

À minha mãe que faz de tudo para que eu possa alçar vôos cada vez mais altos.

À todos os familiares que me incentivaram e apoiaram nessa caminhada. Especialmente à minha irmã Gabriela que me inspirou buscar e enfrentar os desafios da educação inclusiva.

À tutora Rita Nunes que me auxiliou durante o curso e provocou no decorrer desse período muitas angústias e reflexões. Ao supervisor Francisco que em um momento difícil me fez repensar e concluir este texto.

À minha orientadora e professora Suellen Neto Pires Maciel que com sua compreensão e conhecimento, sua extensa dedicação e paciência ajudou-me a atingir o resultado deste trabalho.

A todos vocês o meu mais sincero obrigada!

Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

Louco é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só têm olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

Mudo é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

Paralítico é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

Diabético é quem não consegue ser doce.

Anão é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

Miseráveis são todos que não conseguem enxergar a grandeza de Deus.

(Deficiência – Mário Quintana)

## RESUMO

O presente trabalho visa investigar como o professor da criança com deficiência intelectual atua para propiciar a aprendizagem dos conteúdos da disciplina de história. Ainda, buscar encontrar formas/estratégias metodológicas a fim de empregar o ensino de História para tais crianças. Para tanto esse estudo analisou a evolução da educação inclusiva no que se refere ao deficiente intelectual e quais as metodologias utilizadas pelos docentes no ensino de História. Baseando-se em dispositivos legais e teóricos, mostra o conceito de deficiência; trata da Educação Inclusiva, apresentando o seu histórico e as leis e documentos que a apoiam e a regulamentam, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca, e em âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva. Utilizando referencial teórico de autores como Romeu Sassaki e Maria Teresa Mantoan, especialistas em inclusão. Com a finalidade de refletir sobre a atual proposta de inclusão e as questões metodológicas do ensino de história apresenta-se uma pesquisa qualitativa com questionário de perguntas fechadas e abertas, pesquisa realizada no Centro Especial de Ensino de Planaltina-DF. A análise da pesquisa revelou que apesar das professoras utilizarem métodos alternativos, tais como vídeos, imagens e áudios os estudantes não alcançaram uma aprendizagem significativa. Desta forma as ações interventivas foram incrementar no ensino o ato de brincar usando um quebra-cabeça, a contação de história e também a formação e fortalecimento do sentimento de pertencimento a sociedade em que vive por meio de uma roda de conversa.

**Palavras-chave:** Educação inclusão, deficiência intelectual, concepções metodológicas, ensino de História.



## ABSTRACT

This study aims to investigate how the teacher of children with intellectual disabilities serves to provide the learning content of the discipline of history. Still, seek to find ways / methodological strategies to employ in teaching history for such children. Therefore this study examined the development of inclusive education in relation to which the poor intellectual and methodologies used by teachers in the teaching of history. Based on legal and theoretical, shows the concept of disability; treats of Inclusive Education, presenting your history and laws and documents that support and regulate, as the Universal Declaration of Human Rights, Declaration of Salamanca, and in part national Law of Guidelines and Bases of National Education and the national Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education. Using the theoretical framework of authors like Romeo and Maria Teresa Sassaki, Mantoan, inclusion specialists. In order to reflect on the current proposal for inclusion and methodological issues in the teaching of history presents a qualitative questionnaire with closed and open questions for verification, research conducted at the Center for Special Education Planaltina-DF. The analysis of the survey revealed that despite the teachers use alternative methods such as videos, images and audios students did not achieve meaningful learning . Thus the intervening actions were increasing in teaching the act of playing using a puzzle , the storytelling as well as training and strengthening the sense of belonging to society they live through a conversation wheel.

**Keywords:** Education inclusion, intellectual disabilities, methodological concepts, history teaching.

## **LISTA DE SIGLAS**

AAMR: Associação Americana de Retardo Mental  
APAE: Associação de Pais e Amigos do Excepcional  
CENESP: Centro Nacional de Educação Especial  
CIDID: Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens  
DI: Deficiente intelectual  
DUDH: Declaração Universal dos Direitos Humanos  
INES: Instituto Nacional de Educação dos Surdos  
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LIBRAS: Linguagem Brasileira de Sinais  
MEC: Ministério da Educação  
OMS: Organização Mundial de Saúde  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PCN: Parâmetro Curricular Nacional  
PNEE: Portador de Necessidade Educacional Especial  
QI: Coeficiente de Inteligência  
REI: Regular Education Initiative  
SEESP: Secretária de Educação Especial de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DIVERSIDADE...15</b>	
1.1 Breve Panorama Histórico da Educação Especial/Inclusão.....	16
1.2 Educação Especial e Amparo Documental.....	22
1.3 A Educação Inclusiva e a Busca de Maior Socialização dos Indivíduos.....	23
1.4 Conceituando Deficiência.....	25
<b>CAPITULO II</b>	
<b>DEFICIENTE INTELECTUAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL.....</b>	<b>26</b>
2.1 O Deficiente Intelectual na Visão Social.....	27
2.2 A Prática Educativa Voltada ao Deficiente Intelectual.....	31
2.3 Fatores Escolares e o Desenvolvimento do Deficiente Intelectual.....	32
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O PAPEL DO PROFESSOR E SUA PRÁTICA COTIDIANA E A INSERÇÃO DO CONTEÚDO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....</b>	<b>35</b>
3.1 Currículo e Adequação curricular.....	41
3.2 O Trabalho com a Disciplina de História na Perspectiva do Desenvolvimento do Deficiente Intelectual.....	42
3.3 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa e Discussão dos Resultados Alcançados .....	45
3.3.1 Resultado e discussão.....	46
3.3.1.1 Questões Subjetivas Aplicadas aos 12 Professores Centro de Ensino Especial em Planaltina-DF, 2014.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICE – A: QUESTÕES DA ENTREVISTA.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos evidenciou-se a desvalorização e desrespeito ao ser humano, sendo necessária em 1948, à criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos que reconheceu o direito a igualdade e dignidade a todos os indivíduos. A Constituição Federal brasileira aludiu no artigo 1º à necessidade de promover o bem de todos, sem exceções. Já o artigo 205 refere-se à educação como um direito de todos, garantindo o total desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” em que todos os homens devem ter direitos iguais a dignidade, desta forma o indivíduo que possui altas habilidades ou o que possui algum tipo de limitação, ambos devem ter os mesmos direitos e oportunidade.

Muitas famílias brasileiras possuem pessoas com algum tipo de deficiência: visual, auditiva, física ou intelectual. Tenho a sinceridade de afirmar que faço parte desse grupo de famílias, que possuem um membro com deficiência, especificamente deficiência intelectual.

Durante muito tempo ensinar a este familiar as lições escolares fora motivo de grande dificuldade, pois esta não compreendia as noções abstratas da realidade, possuindo dificuldade de comunicação e de coordenação motora. Diante dessa situação e pelo fato de ser professora de alguns alunos com deficiência intelectual, tenho a convicção de que esse estudo possibilitará unir dois aspectos que admiro, um deles é a disciplina de História e o outro é o ato de ensinar, propiciar uma aprendizagem, uma reflexão, em especial para as crianças/adolescentes que possuem deficiência intelectual.

Este estudo pretende investigar qual seria um dos caminhos possíveis rumo à integração ou inclusão. Trata-se, pois, de uma questão pertinente a respeito dos desafios da educação especial encontra no Brasil atual.

A existência de espaços para as exclusões, discriminações e preconceitos em relação às pessoas que possuem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial e que pode restringir a participação na escola e

na sociedade é um questionamento latejante. Mas é certo que existe, há alguns anos, mobilização para modificar essa realidade.

No contexto brasileiro, a Educação Especial vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, a frequência a um mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência, entre outras características. Verbalizo neste momento a dificuldade de falar sobre educação especial e inclusiva, pois são assuntos atrelados entre si. A educação inclusiva na prática é um grande desafio que possui sucessos e retrocessos. .

A Educação Inclusiva visa o relacionamento do aluno com seus pares da mesma idade cronológica e para a estimulação de todo tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo. Essa educação procura estimular a vida societária do deficiente. Uma escola inclusiva se caracteriza por recepcionar, respeitar e valorizar alunos com diferentes características. É uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos.

Compreender e acolher as pessoas que têm algumas dificuldades, seja física, psíquica ou sensorial é o que o governo brasileiro, assim como outros países esforça-se para realizar.

Diante desse cenário, Rodrigues (2011) afirma que, no contexto da escola inclusiva, a tarefa mais complexa é receber um aluno com deficiência intelectual, pois desenvolver uma metodologia para que esse aluno seja um membro participativo e atuante em sala de aula, requer muito mais do que aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mais do que lidar com o Braille, ou fazer adaptações físicas no ambiente e nos materiais. Diante dessa perspectiva, surge a indagação norteadora desse estudo: Como auxiliar a construção do conhecimento quando a deficiência é intelectual? Com os métodos utilizados os estudantes tem alcançado uma aprendizagem significativa?

Trabalhar na área da deficiência intelectual requer a busca de alternativas pedagógicas por meio das quais os alunos sejam capazes de apropriar-se dos conhecimentos de forma dinâmica. Tendo assim, como objetivo investigar como o professor da criança com deficiência intelectual atua para propiciar a aprendizagem dos conteúdos da disciplina de História. Assim, ainda tem-se como objetivo buscar formas/estratégias metodológicas a fim de empregar o ensino de História para tais crianças.

Apesar das inúmeras políticas desenvolvidas pelo governo, o professor que está em sala de aula sabe a discrepância existente entre a teoria e a prática. Desse modo é de extrema importância que as políticas voltadas ao deficiente sejam aplicadas ou mesmo analisadas, caso contrário, teremos o que *Pierre Bourdieu* chama de excluídos do interior:

A inexistência de informação sobre o desenvolvimento escolar do aluno com necessidades educacionais especiais equivale, para usar o termo cunhado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, a uma situação de excluídos do interior: alunos que podem até estar dentro do sistema de ensino, e mesmo em escolas comuns, mas permanecem *excluídos* em relação à perspectiva de progresso escolar, para si mesmos e para os formuladores de políticas. (BOURDIEU *apud* BLATTES, 2006, p.10)

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, pois, apesar dos esforços para tornar a educação algo universal, ainda existe grande parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização. Todavia o Governo Federal brasileiro visa modificar esse cenário com políticas cada vez mais acolhedoras. Estas serão abordadas nesta pesquisa.

A metodologia empregada nesse estudo constitui-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo por meio de entrevistas estruturadas com professores do espaço escolar. A pesquisa bibliográfica fundamentou-se na abordagem de Sassaki sobre as fases da história do deficiente, Mantoan que defende a educação inclusiva, observando a heterogeneidade em sala de aula, bem como de Rodrigues no que tange à concepção do professor na prática pedagógica.

Na pesquisa de campo foi realizada entrevistas estruturadas com 12 professores que trabalham com alunos deficientes intelectuais incluídos na rede de ensino regular do Distrito Federal, especificamente no Centro Especial de Ensino de Planaltina-DF. Para análise e reflexão das respostas optou-se pela análise qualitativa, pois está voltada para a compreensão das concepções dos professores sobre a prática pedagógica relacionada com a disciplina de História. A pesquisa revelou que apesar das professoras utilizarem métodos alternativos, tais como vídeos, imagens e áudios os estudantes não alcançaram uma aprendizagem significativa. Desta forma as ações interventivas foram incrementar no ensino o ato de brincar utilizando como ferramenta pedagógica o quebra-cabeça, a contação de história e também a formação e fortalecimento do sentimento de pertencimento a sociedade em que vive por meio de uma roda de conversa.

Para melhor compreensão, este trabalho foi dividido e apresentado em capítulos: O capítulo discute e apresenta a educação especial nacional e os desafios na implantação da educação inclusiva e a política para legitimá-las; o capítulo II, abordar o que é deficiência e como a escola e a equipe pedagógica reagem diante da deficiência intelectual; o capítulo III, descreve as ações pedagógicas dos entrevistados e as opções metodológicas atreladas ao ensino de História, para que amplie o olhar do professor no campo do estudo, tornando a construção de conhecimento dinâmico e flexível para o discente com necessidades educativas especiais. Seguido das considerações finais desse estudo, aludindo ao desenvolvimento da prática docente voltada para o deficiente intelectual e para a efetivação de uma escola acolhedora e democrática.

## 1 A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DIVERSIDADE

Claude Lévi-Strauss (o mesmo antropólogo cantado por Caetano Veloso em “Estrangeiro”) disse que as diferenças existem, devem ser reconhecidas e assumidas e não escondidas. Somos natural e biologicamente diferentes: nascemos branco, negro, amarelo, vermelho ou mestiço, homem ou mulher. Isso não quer dizer que necessariamente devamos ser desiguais. Diferença e desigualdade não são a mesma coisa. As crianças com deficiências apresentam características que fogem do convencionado padrão de normalidade, mas devem ser consideradas com características individuais. (GODÓI, 2006, p. 13).

O Brasil é considerado um mosaico de peculiaridades, que por sua vez, propõem um país rico e singular. A valorização da diversidade humana possibilita que manifestações de criatividade e imaginação possam florescer, contribuindo para a solidariedade humana, para a divisão de símbolos e materiais com objetivo de melhorar qualitativamente a vida das pessoas com necessidades especiais, deixando de lado o estigma da segregação, oferecendo desafios e dificuldades para que as pessoas com necessidades possam enfrentar de maneira digna e honesta, desenraizando o paradigma do preconceito e discriminação (Godói ,2006, Gugel, 2007 *apud* SOUSA, 2009).

De acordo com a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96(BRASIL,1996), a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, uma vez que a sociedade se coloca contra a exclusão de pessoas com algumas limitações biopsíquicas. O respeito às diferenças torna-se fundamental, o que nos remete a inclusão e respeito ao próximo.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998) a expressão “necessidades educacionais especiais” pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Não remetendo necessariamente a deficiência.

A escola tem um papel importante na vida da criança e do adolescente. Ao ingressar na escola, eles têm a oportunidade de conviver e de se relacionar com inúmeras pessoas, aprendendo a perceber que todas têm características próprias, que nenhuma é igual à outra. Dessa forma, o aluno passar por muitas experiências e, assim, vai compreendendo, analisando e interpretando formas de lidar com o



mundo. Os pesquisadores Oliveira e Porto (2010) em diálogo com a teoria de Vygotsky, salientam que no momento que o deficiente se considera inferior, este cria a ideia de compensação. Muitas vezes, uma criança pode não ver, mas, possui uma habilidade incrível para dançar e cantar. Pode não ouvir, mas é hábil em atividades esportivas. Essa é uma forma de ilustrar a teoria da compensação, no qual a pessoa pretende superar as dificuldades oriundas da deficiência usufruindo de competências alternativas.

De acordo com a pesquisadora Zilma Oliveira, todas as crianças possuem deficiências e eficiências, mas o que determina qual das características vai predominar é o tratamento dado a cada indivíduo.

Desta forma, a escola e a sociedade devem ser para o DI, âmbito da vivência coletiva, das aprendizagens e habilidades múltiplas que se propagam.

A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à construção de qualquer sociedade, sinalizando e garantindo o acesso e a participação de todos, ao conceber as mesmas oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo (BRASIL, 2004, p. 25).

A convivência escolar do estudante com necessidades educativas especiais resulta na maior possibilidade de desenvolvimento escolar e social, além de proporcionar uma vivência na diversidade e ministrar exercício referente às relações interpessoais, ponto essencial da democracia e cidadania.

Em entrevista à revista Educação e Família Cláudia Werneck (2003) diz que incluir não é só colocar para dentro quem está fora, incluir é validar as deficiências, como condição inerente ao 'conjunto humanidade', sendo uma sociedade inclusiva, aquela capaz de possibilitar a todas as condições humanas uma forma de exercer o direito de contribuir com o seu melhor para o bem comum. De fato é importante esta valorização, principalmente na escola, para que desde o princípio da vida escolar a criança aprenda a reconhecer, a respeitar e a valorizar as diversidades existentes principalmente na perspectiva da educação especial e inclusiva.

## **1.1 Breve Panorama Histórico da Educação Especial/Inclusão**

Em 1835, foi dado o primeiro passo para a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação nacional. O Deputado Cornélio Ferreira apresentou à Assembleia um Projeto de Lei visando à criação do cargo de professor de primeiras letras para o ensino de deficientes visuais e auditivos, buscando ultrapassar a barreira da segregação, acompanhando a gradativa exclusão propagada por diferentes motivos. Vale ressaltar que, no período de aproximadamente um século o interesse de desenvolver uma educação para os deficientes foi motivada por particulares, ou seja, pessoas que se dedicavam ao assunto. Após esse pontapé inicial foram desenvolvidas no Brasil várias outras propostas que vieram a se concretizar (ARANHA, 2005).

Observa-se que ao longo da história o deficiente era entendido e analisado, de acordo com sua época:

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases que se referem às práticas sociais. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro das instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais. (SASSAKI, 2006 *apud* PORTO; OLIVEIRA, 2010, p.20)

No decorrer da história o deficiente foi analisado por diferentes ângulos, no qual Sassaki (2006) elenca os períodos de exclusão, segregação, integração e por fim inclusão. Como etapa de exclusão, podemos destacar a Antiguidade, visto que, na China antiga o assassinato de crianças deficientes era aceito pela sociedade, afirma Porto; Oliveira (2010). O período de segregação é caracterizado pela institucionalização dos deficientes que eram deixados nos asilos e sanatórios com cuidados médicos, sem atenção para o lado social e cultural de tais indivíduos. A fase de integração diz respeito, à inserção dos deficientes na escola, contudo não ocorreram modificações no sistema educacional, êxito ou fracasso, o resultado era obtido por meio do esforço do aluno em sua adaptação no meio escolar. Diante das críticas sobre o movimento de integração, entra em vigor a partir da década de 80 no mundo da educação o termo inclusão, processo que visa uma educação para todos baseado nos princípios de valorização das diferenças, solidariedade ao ser humano e importância da cidadania e da democracia.

Na Antiguidade a pessoa portadora de necessidades mentais era abandonada a própria sorte, assim, Kanner (1964, *apud* ARANHA, 2005, p.07)

expressou que “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão e entretenimento dos senhores e de seus hóspedes”. Conforme esta visão, a existência do deficiente simplesmente era negligenciada.

Na Antiguidade, os povos possuíam uma visão mística acerca da deficiência, entendida como uma culpa por algum pecado cometido ou resultante da ação do sobrenatural. Essa visão inspirava o medo, a repugnância, de forma que as pessoas com deficiência eram exorcizadas, castigadas, abandonadas ou punidas. Alguns povos sacrificavam, após o nascimento, os indivíduos que apresentavam deficiências ou outras síndromes. (MARTINEZ e *et.al*, 2003, p. 114 apud JESUS, 2009, p.13).

Uma ótica semelhante está presente na Idade Medieval. No início da Idade Média o deficiente era considerado uma criatura de Deus, sempre dependente da caridade das pessoas, mas, assim como, na Antiguidade eram aproveitados como “bobos da corte”. Contudo com o crescimento da Igreja Católica e da oposição a esta, aumentou gradativamente a busca por hereges, contudo, esses atos, eram “ameaçadores e perigosos para as pessoas com deficiência, e dentre essas, especialmente para as pessoas com deficiência mental” (ARANHA, 2005, p. 10), porque para o clero o comportamento hostil era sinal de que o indivíduo estava possuído por demônios ou seres malignos, sofrendo perseguições, torturas e exterminações, contudo esses atos não se restringiram apenas para os deficientes, mas para todas as pessoas que de alguma maneira ameaçasse a Igreja.

Nesse sentido contata-se que, enquanto na Antiguidade a pessoa com deficiência não era sequer considerada ser humano, na época medieval o deficiente era considerado um ser sobrenatural, ora “expiador de culpas alheias, ou um aplacador da cólera divina a receber, em lugar da aldeia, a vingança celeste, como um para-raios” (PESSOTTI 1984, *apud* ARANHA, 2005, p11). Acentuar-se desta forma a exclusão vivenciada pelos deficientes nessas duas fases da história. Todavia essa visão começa a modificar em meados da Idade Moderna.

De acordo com as proposituras de Aranha (2005), a Era Moderna foi um período de grandes avanços para a sociedade, e um desses avanços, abarcou a questão do deficiente. Os novos avanços no conhecimento produzido na área da Medicina fortaleceram a tese da organicidade, ou seja, as deficiências são oriundas de causas naturais e não como se pensava no período medieval causada por fatores

sobrenaturais e demoníacos, desta maneira, ampliou-se a compreensão da deficiência como processo natural.

John Locke propôs, em sua obra *Essay Concerning Human Understanding* (1690), que o homem, ao nascer, é uma *tabula rasa*, ou seja, um ser absolutamente vazio de informações e de experiências. Segundo o autor, sua mente vai se preenchendo com a experiência, fundamento de todo o saber. Enquanto que a tese da organicidade favoreceu o surgimento de ações de tratamento médico das pessoas com deficiência, a tese do desenvolvimento por meio da estimulação encaminhou-se, embora muito lentamente, para ações de ensino, o que vai se desenvolver definitivamente somente a partir do século XVIII. (ARANHA, 2005 p. 13).

O modo de conceber o deficiente fora totalmente modificado no século XVIII, nesse período salienta a questão da vivência que acarreta experiência e por fim destacam-se as ações de ensino tão fundamentais para que este possa ter uma vida melhor e mais agradável mediante a sociedade. Enfim percebe-se que a ideia de deficiência foi se modificando paralelamente com a sociedade.

A influência dos educandos anormais em uma escola onde haja alunos regulares e normais, ainda mesmo que lhe ministre instrução separadamente, pode facilmente prejudicar a disciplina e moralidade do estabelecimento [...] colocados em uma escola de educandos normais eles constituem os elementos de desordem, nada aproveitam do ensino e prejudicam os seus condiscípulos [...] da oportunidade aos menores delinquentes o ensino necessário para a vida [...] encaminhando esse problema pedagógico-social para o estado; tal opinião entrou em todos os países frutificando assim a criação dos Institutos Ortofrênicos. (JANUZZI, 1985, p.66 *apud* JESUS, 2009,p.14).

A década de 1970 foi um grande marco na educação do deficiente, pois, nessa época o Governo Federal entra em cena, e cria um órgão, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) para a definição de metas governamentais específicas para área educacional especial, oficializando, questões como organização das escolas, instituições para ensino especializado desse discente, formação para o trabalho, a relação da família, dos diversos aspectos atrelados ao tema. Assim, a institucionalização, os serviços e o suporte aos deficientes entraram nesse leque de mudanças.

Segundo Aranha (2005) a institucionalização prima pela coletivização de um grupo de pessoas em um mesmo âmbito para que, conjuntamente, possam restabelecer e prosperar na relação interpessoal, na integração na sociedade e produtividade no trabalho e no estudo, todavia esse sistema de institucionalização

não obteve êxito, pois limitava os deficientes da convivência social, impossibilitando a autonomia e a produtividade.

Erving Goffman (1962 *apud* ARANHA, 2005) em seu livro *Asylums*<sup>1</sup>, realiza uma análise das características e efeitos da institucionalização para o indivíduo. Ele destaca que a instituição é um lugar no qual as pessoas excluídas da sociedade levam uma vida enclausurada e administrada regularmente. Desta forma a ineficiência e inadequação vigoraram.

Nesse sentido, surge a desinstitucionalização, em que defendia a ideia de introduzir no meio social pessoas com necessidades educacionais especiais, a fim de estimular a convivência entre pessoa deficiente e não deficiente para, com isso, ajudá-la a adquirir costumes, padrões e comportamentos da vida cotidiana, no nível mais próximo possível do normal. Porém, a ideia de o deficiente ter de se adaptar a sociedade reflete um período histórico da denominada integração.

De acordo com Mantoan,(2005) a integração diz respeito à,

(...) inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns (...) e o processo de integração ocorre em uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar – da classe regular ao ensino especial – em todos os tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas especiais, em classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2005, *apud* OLIVEIRA;PORTO,2010, p.12 ).

A integração é um processo no qual o aluno deve tentar se adaptar a um serviço educacional, não ocorrendo uma dedicação por parte do meio escolar para propiciar um ambiente adequado a este aluno, muitas vezes, analisando como um peso para a escola. Nessa ótica apenas os alunos aptos podem entrar para a escola e somente os que conseguem se adaptar a esta consegue prosseguir seus estudos.

A integração é a antítese da inclusão, pois enquanto na integração existe apenas o esforço de um dos lados, ou seja, do aluno, no movimento de inclusão, conforme enfatiza Mantoan (2007), existe um esforço bilateral, isto é, o conjunto do corpo docente escolar e os alunos e seus familiares contribuem para, em parceria, desenvolverem uma educação para todos de forma participativa e flexível. A partir da ideia de garantir todo e qualquer recurso à pessoa com necessidades educacionais, iniciou-se a construção da denominada Inclusão Social.

---

<sup>1</sup> Título em português: **Manicômios, Prisões e Conventos**. Foi publicado em São Paulo, SP, pela T.A. Queiroz Editor Ltda.

Assim com Sassaki expõe sua análise sobre como foi entendida a deficiência ao longo da história, Teixeira (2008) também salienta três momentos distintos, a primeira etapa é a chamada de “etapa do extermínio”, ou seja, quando a pessoa com deficiência não tinha direito sequer à vida; a seguir, “etapa filantrópica”, quando o deficiente era observado como uma eterna criança, ou o eterno doente sem cura, tratado com caridade e por fim “etapa científica”.

A “etapa científica” compreende o deficiente com uma pessoa limitada, contudo com potencial e independente.

A partir dessas análises, é possível inferir que o preconceito, a segregação, a improvisação e a ideia de considerar essas pessoas incapazes de realizar algo geraram inflexões na Educação Especial.

Para ampliar a visão sobre esse grupo, reporta-se a Organização Mundial de Saúde-(OMS) que estima sendo 10% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Segundo a Federação Nacional das Apaes (1999), são 15 bilhões de portadores de deficiência, sendo que, deste total, 7,5% são doentes mentais e 7,5% são deficientes físicos, auditivos, visuais, ou deficiências múltiplas (TEIXEIRA, 2010). Esses dados revelam que é preciso atenção educacional a essa parcela da sociedade que, muitas vezes, está isolada e desamparada.

A Secretaria de Educação Especial, órgão integrante da estrutura organizacional do Ministério da Educação - (SEESP/MEC) (1999) enfatiza a manutenção e aperfeiçoamento dos direitos reconhecidos e proclamados nas relações humanas. A Inclusão Social é um processo que envolve ações junto à pessoa com necessidades educacionais especiais e ações junto à sociedade estabelecendo o pressuposto do direito à igualdade de acesso ao conjunto de elementos presente no espaço da vida coletiva. Vale ressaltar nessa perspectiva as diversas políticas públicas e o amparo documental.

## **1.2 Educação Especial e Amparo Documental**

A terminologia “especial” usada atualmente, para pessoas com necessidades foi percebida de diversas maneiras: excepcionais, pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiências, pessoas portadoras de

necessidades especiais e, atualmente, pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.

A Educação Especial vem sendo bastante propagada pelos movimentos que defendem a inclusão escolar, ou seja, a frequência ao mesmo ambiente por alunos com e sem deficiência, entre outras características conforme salienta, Fávero (2007). Todos os anos são publicados documentos referentes à educação inclusiva.

Além das iniciativas governamentais, também a sociedade se mobilizou para criar assistência e educação aos diferentes portadores de necessidades especiais. Como exemplo, tem-se as associações dos Pais e Amigos do Excepcional - (APAE's), que atualmente estão espalhadas por todo o território brasileiro, suprimindo as carências do sistema governamental.

Para o presidente da Federação Nacional das APAES, o médico e deputado estadual Eduardo Barbosa (1999), engajado na luta pela melhoria da qualidade de vida de portadores de deficiências, a garantia do conceito de inclusão social é fundamental para o trabalho que vem sendo realizada pela Apae. Para ele, a inclusão social é diferente da integração, destaca que os conceitos evoluíram muito nas últimas décadas, apesar do preconceito ainda existir, quem passa pelo modelo educacional, sente as dificuldades da convivência.

Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, o processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes regulares passou a ser avaliada como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) traduz em seus objetivos e diretrizes a orientação de superar a organização de sistemas paralelos de educação especial, ou seja, a garantia do acesso à escolarização na sala de aula comum do ensino regular e a oferta do atendimento educacional especializado complementar, uma forma de abolir as discriminações existentes na esfera social.

Apesar de todo o dispositivo normativo em algumas escolas os pressupostos da integração estão camuflados dos princípios da inclusão. A proposta inclusiva vai além do fator ensino-aprendizagem, englobar todas as esferas da escola. Evasão escolar e discriminação são aspectos que o processo inclusão visa extinguir do meio educacional.

Tendo em vista a democratização dos direitos humanos na perspectiva de uma escola totalmente inclusiva, o Brasil em 2008, internalizou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratado que tem valor equivalente a emenda constitucional e que coloca os Direitos Humanos em uma patamar de destaque. Com este documento desmonstrou-se que os assuntos referentes aos deficientes como sujeitos de direitos e atores do processo de inclusão, estão sendo debatidos na busca incessante e permanente da promoção e proteção das pessoas que vivem em condições de maior vulnerabilidade. Neste sentido a educação em direitos humanos (comentário: falta um verbo aqui para ligar a frase com a citação abaixo),

(...) fomentar o entendimento de que cada pessoa compartilha a responsabilidade de conseguir que os direitos humanos sejam uma realidade em cada comunidade e na sociedade em seu conjunto. Neste sentido, contribui para a prevenção em longo prazo dos abusos de direitos humanos e dos conflitos violentos, para a promoção da igualdade e o desenvolvimento sustentável e para o aumento da participação das pessoas nos processos de adoção de decisões dentro dos sistemas democráticos, segundo estabelecido na Resolução 2004/71 da Comissão de Direitos Humanos (UNESCO, 2009).

Expandir os referenciais sobre os direitos humanos é essencial para incorporar as necessidades da dignidade, pois como salienta Herrera Flores é de extrema importância a capacitação de pessoas para que possam lutar de forma plural e diversificada por ferramentas que colaborem para a conquista da dignidade por meio da igualdade de acesso aos bens materiais e imateriais, entre esses bem podemos citar uma escola inclusiva e dignidade. Ainda podemos citar Carbonari que em seus textos ressalta “a luta permanente pela emancipação para abrir caminhos e construir pontes de maior humanidade”.

Na busca pela concretude dos direitos humanos, ocorreu um seminário em Lima (Peru) no qual sobre a coordenação de Abraham Magendzo, os pesquisadores entraram em consenso sobre alguns aspectos da Educação em Direitos Humanos, sendo enfatizado o segundo aspectos que reforça o “empoderamento de atores sociais com menor capacidade de influência nos processos e decisões coletivas, em especial, os grupos sociais discriminados e marginalizados, de modo a favorecer seu processo de organização e participação na sociedade”. Desta forma, na intenção de propagar a participação e eliminar os obstáculos, almeja-se uma educação inclusiva.



### 1.3 A Educação Inclusiva e a Busca de Maior Socialização dos Indivíduos

O início da ideia de inclusão começou com o movimento nos EUA denominado “Regular Education Initiative” (REI), cujo objetivo era a inclusão na escola comum das crianças com alguma deficiência. O movimento delineava a necessidade de unificar a educação especial e a regular num único sistema educativo, criticando a ineficácia da educação especial.

A Educação Inclusiva visa o relacionamento do aluno com seus semelhantes de mesma idade cronológica e a estimulação de todo tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

Uma escola inclusiva se caracteriza por aceitar, respeitar e valorizar alunos com diferentes características. É uma escola construída sob o princípio da educação como direito de todos os cidadãos como está previsto na Constituição Federal Brasileira que preza por uma escola gratuita e de qualidade. Destacando a equidade no processo de construção da cidadania (FÁVERO, 2007).

Uma sociedade inclusiva necessita desenvolver um espírito democrático e solidário para que se legitime como inclusiva. Segundo Teixeira (2008, p.04), “inclusão é a garantia a todo cidadão ao acesso do saber, um acesso contínuo e no mesmo espaço em que vive todo ser humano em sociedade”, pois é preciso enfatizar que as relações humanas devem ser desenvolvidas ao máximo para uma qualidade de vida para todos os cidadãos.

De acordo com Fávero “somente a prática reflexiva pode adotar uma pedagogia ativa, dialógica e interativa” (FÁVERO, 2007, p.55) que se contrapõe a toda e qualquer visão restringida que deixe o aluno como oprimido na história, pois como é salientado, só existe pedagogia do dominante pela falta de liberdade dos oprimidos. Sem a práxis reflexiva e a ação dos homens é impossível superar as contradições entre opressor x oprimido.

Desta forma, Teresa Eglér Mantoan defende uma educação inclusiva, observando a heterogeneidade em sala de aula.

A educação inclusiva preconiza um ensino em que aprender é um ato não linear, contínuo, fruto de uma rede de relações que vai sendo tecida pelos aprendizes, em ambientes escolares que não discriminam, não rotulam e

oferecem chances incríveis de sucesso para todos, dentro das habilidades, interesses e possibilidades de cada aluno. (MANTOAN, 2007, p.57).

Em uma sociedade formada de uma mistura cultural e social, ainda é possível ver que existe espaço para as exclusões, discriminações e preconceitos. Esses atos são grandes inimigos da inclusão. Mas a interação, palavra que resume o processo de inclusão deve reinar em uma sociedade tão distinta.

Nesse sentido, a ideia de homogeneidade está ultrapassada. No entanto, algumas pessoas têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial e que pode restringir a participação na escola e na sociedade, porém, não devem ser tratadas com indiferença, mas sim compreensão e amparo.

#### **1.4 Conceituando Deficiência**

De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro 1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência: “deficiência é toda perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

Observa-se que todo aquele que possui uma dificuldade no desenrolar de uma atividade, após uma avaliação pode ser considerado deficiente. A definição presente na Convenção da Guatemala dialoga harmoniosamente com a Lei nº 7853. Essa relação deixa explícita que as interpretações sobre deficiência assemelham-se,

O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001)

Desta forma, a incapacidade determina o tipo de deficiência, logo se uma pessoa possui dificuldade de aprendizagem, cuidados pessoais e dependência, sua incapacidade reflete na deficiência intelectual.

## 2 DEFICIENTE INTELECTUAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Sabendo que as crianças especiais possuem impedimentos de longo prazo de natureza mental, que em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade é fundamental uma alternativa que possibilite a liberdade de criação e o posicionamento autônomo do aluno com deficiência, tornando-o um ser crítico e consciente do saber, tendo em que:

A educação é também onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos e tampouco, arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso e com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum. (HANNA ARENDT *apud*, MANTOAN, 2007, p. 42).

Para a adaptação do deficiente intelectual é necessário empenho do corpo docente para que a prática didática seja oferecida da melhor forma possível. Desse modo para a realização de um ensino eficiente e satisfatório é necessário discutir o papel da escola e realizar a formação docente para o processo de inclusão educacional, com foco na atenção às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania e ex-secretária de Educação Especial do MEC, Claudia Pereira Dutra, em entrevista a Revista INCLUSÃO - Revista da Educação Especial, em outubro de 2005 declarou a Secretaria de Educação Especial-(SEESP) fomenta a construção de sistemas educacionais inclusivos por meio da formação continuada de professores, que tem sido ampliada e salienta que os currículos dos cursos de formação de professores estão sendo reestruturados para contemplar a diversidade presente na escola e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos.

### 2.1 O Deficiente Intelectual na Visão Social

A deficiência intelectual (ou mental) tem sido conceituada de diferentes formas. Os deficientes passaram por períodos de marginalização, falta de auxílio, atitudes protecionistas e de cunho assistencial.

Atualmente uma das definições mais apropriadas, no que diz respeito aos deficientes intelectuais foi elaborada pela Associação Americana de Retardo Mental – AAMR (ANGONESE, SCHMIDT, 2009) conceito utilizado e abordado nos documentos oficiais brasileiros relacionados à educação. De acordo com tal definição, o termo deficiência intelectual se refere a:

Limitações substanciais no funcionamento atual do indivíduo, caracterizado por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, existindo concomitantemente com relativa limitação associada a duas ou mais áreas de conduta adaptativa indicadas a seguir: comunicação, cuidados pessoais, vida no lar, habilidades sociais, desempenho na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, habilidades acadêmicas funcionais, lazer e trabalho.( ANGONESE e SCHMIDT,2009, p.294).

Assim, perceber-se que, o diagnóstico de deficiência intelectual se baseia em três argumentos indissociáveis: o funcionamento intelectual abaixo da média (o QI abaixo de 7,0); a idade de início da deficiência (que se revela antes dos 18 anos); e a existência de limitações associadas em duas ou mais áreas de conduta adaptativa ( no qual o indivíduo não possui determinadas capacidades para suprir as necessidades proporcionadas pela sociedade) .

Nesse contexto, Donato e Steigenberg (2008) abordam que, de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID 10, o nível de gravidade, ou seja, nível de prejuízo intelectual pode ser observado com base nos seguintes dados:

Retardo Mental Leve (QI de 50 a aproximadamente 70), esse grupo são os chamados educáveis, termo utilizado para designar a possibilidade dos alunos desse grupo de adquirir habilidades sociais e profissionais, apesar de poderem necessitar de supervisão e assistência.

Retardo Mental Moderado (QI de 35 a aproximadamente 49), este grupo constitui os chamados treináveis, pois são capacitados por meio de treinamento a realizarem determinadas tarefas e a cuidar de si, podem exercer trabalho desde que estejam supervisionados.

Retardo Mental Severo/Grave (QI de 20 a 34), estes indivíduos são denominados de dependentes, no qual possuem muita dificuldade de desenvolverem a comunicação verbal e apresentam sobre estrita supervisão.

Retardo Mental Profundo (QI abaixo de 20 ou 25), este grupo possui um comprometimento nas funções sensório-motoras. Necessitam ser constantemente estimulados para desenvolverem as habilidades de higiene pessoal e comunicação.

Conforme Sassaki (2004), a partir da década de 80, o termo utilizado foi "deficiência mental". Antes disso, muitos outros termos já existiram como o exemplo, retardo mental.

Atualmente a denominação adequada para a criança portadora de deficiência mental é "deficiência intelectual", termo que abrange todas as crianças com problemas mentais, contudo de forma não pejorativa.

A Organização Mundial de Saúde realizou um evento em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, no qual foi aprovado o documento "Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual". Esta Declaração substituiu o adjetivo mental por intelectual. Deficiência Intelectual é, atualmente, considerada por muitos como o termo mais apropriado, pois foca especificamente no funcionamento do intelecto, afastando a ideia de que, a deficiência afeta a mente como um todo, conforme destaca Rizzini (2010). Contudo está ganhando expressividade a substituição da terminologia nos estudos acadêmicos e nas práticas sociais. Devido a gradual substituição neste estudou flutuou-se entre deficiência intelectual e retardo mental.

O estudante com deficiência intelectual apresenta certa lentidão do raciocínio e seu crescimento físico não segue o mesmo ritmo de seu desenvolvimento mental, gerando um desequilíbrio, exemplificando, um adolescente de dezoito anos pode se comportar como uma criança de 8 ou 9 anos de idade, e aprende com certa dificuldade as lições de matemática referentes as operações de soma ou divisão. Pois, apesar do desenvolvimento físico normal, o funcionamento intelectual na execução das atividades diárias, nos cuidados pessoais, no aprendizado acadêmico e na atuação no meio onde vive encontra-se prejudicado. deficiência intelectual constrói seu conhecimento exatamente como as demais crianças, não alcançando, entretanto, o pensamento abstrato.

Conforme Rodrigues (2010), as principais características do deficiência intelectual são a falta de concentração, dificuldades na comunicação e interação

com as demais pessoas e entrave na compreensão da escrita. Desta forma o diagnóstico pode ser realizado levando em consideração dois aspectos:

O funcionamento cognitivo ou intelectual: capacidade do cérebro da pessoa para aprender, pensar, resolver problemas, encontrar um sentido no mundo; Funcionamento ou comportamento adaptativo: competência necessária para viver com autonomia e independência na comunidade em que se insere. (ALMEIDA, 2007, S/N *apud* INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010, p.08).

O diagnóstico do funcionamento cognitivo é realizado por técnicos devidamente habilitados, como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos e psicopedagogos, já o comportamento adaptativo deve ser observado e analisado pela família e educadores, que convivem com a criança. Na observação e análise devem comparar a criança com outras da mesma idade, afirma Almeida (2010), para assim, obter dados sobre o comportamento desta, e em caso de funcionamento adaptativo distinto das demais crianças, os pais devem procurar um profissional competente.

De acordo com a APAE-SP (2012) os fatores de risco e causas que podem levar à Deficiência Intelectual podem ocorrer em três momentos distintos: pré-natais com alterações cromossômicas e genéticas, tabagismo, alcoolismo, consumo de drogas, doenças maternas crônicas ou gestacionais (como diabetes *mellitus*), doenças infecciosas na mãe, que podem comprometer o feto (sífilis), desnutrição materna e outros fatores; perinatais como oxigenação cerebral insuficiente e prematuridade e baixo peso; e pós-natais como desnutrição, desidratação grave, carência de estimulação global, infecções (meningites), intoxicações exógenas: envenenamentos provocados por remédios, inseticidas, produtos químicos (chumbo, mercúrio) e acidentes ( trânsito, afogamento).

As causas da deficiência intelectual podem surgir antes do parto ou depois dele. Teixeira (2008) assinala que algumas crianças portadoras de retardo mental podem ser reconhecidas logo ao nascerem, outras nos primeiros anos de vida, outras, ainda, somente ao entrarem na escola.

É primordial destacar que nenhuma destas causas produz, por si só, um atraso intelectual. Entretanto, constituem riscos, que devem ser evitados. Almeida (2010) que é consultora em Educação Inclusiva, psicóloga e pedagoga especialista exemplifica que uma doença como a meningite não provoca consequentemente uma

deficiência intelectual; o tabagismo em excesso durante a gravidez também não, contudo, constituem riscos demasiados graves.

O aluno com necessidades especiais aprende num ritmo mais lento, devendo-se, assim, respeitar seu caminhar e sempre incentivar a aprendizagem. Ao conviver com as pessoas com deficiência intelectual percebe-se que, elas se relacionam com o mundo de forma diferenciada da maioria das pessoas. São mais lentas, levam mais tempo para aprender, ou seja, precisam de apoio na escola e em casa. Essas dificuldades variam de intensidade podem ser leves ou mais acentuadas. As mais leves são mais difíceis de serem identificadas, porque não são evidentes. São a princípio observadas pelas famílias e posteriormente diagnosticadas na idade escolar.

## **2.2 A Prática Educativa Voltada ao Deficiente Intelectual**

Atualmente a sociedade precisa de estratégias de ensino que possibilitem, aceitar as diferenças, apoiar a aprendizagem e responder às necessidades individuais. Nesta perspectiva, a criação de escolas com maior eficácia educativa constitui um importante aspecto para uma educação para todos

Como salienta a Declaração de Salamanca (UNESCO1994) todas as crianças têm características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Sendo fundamental a escola e o seu corpo docente se adaptarem a essas singularidades, levando em consideração a vasta diversidade destas particularidades e necessidades.

A pedagogia aplicada em sala de aula deve ir ao encontro das necessidades das crianças. Tendo em vista a pedagogia centrada na criança é capaz de modificar as atitudes discriminatórias, exaltando a questão inclusiva, no qual se destaca as potencialidades da criança, deixando de lado os limites e restrições. Assim,

As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (UNESCO, 1994, texto digital).

Desta forma, os alunos com necessidades educacionais especiais devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar e consolidar uma educação eficaz. Para alcançar uma educação de qualidade e apropriada, é preciso adequar os conteúdos curriculares e os métodos de ensino às necessidades individuais dos alunos, com programas de formação de professores e centros de recursos equipados e dotados de pessoal qualificado, que possam responder às carências dos alunos.

### **2.3 Fatores Escolares e o Desenvolvimento do Deficiente Intelectual**

A escola, se torna o lugar de se tornar cidadão/cidadã, sujeito, humano – o lugar de se constituir como sujeito de direitos, como pessoa, marcada pela dignidade humana. Não se trata de “darmos” os direitos às e aos estudantes e educadores/as, mas de promovermos um espaço de acolhimento, de escuta, de modo que elas e eles exerçam como sujeitos de direitos. (PULINO, 2015, p.8)

A escuta sensível é um dos fatores que podem contribuir para que os estudantes tenham seus direitos e exerçam seus deveres. Para que ocorra o desenvolvimento do deficiente, é indispensável nesse processo educativo a conscientização e propagação de ideais destinados a combater o preconceito e atitudes negativas, promovendo e incentivando gestos positivos e acolhedores, a formação e orientação do corpo docente e toda a comunidade escolar, e a dotação de recursos de apoio. Além desses aspectos é preciso transformações na área pedagógica, no que diz respeito ao currículo, avaliação, atividades e organização escolar. Desta maneira é possível obter um bom resultado no ensino inclusivo, de acordo com Vygotsky.

as pessoas com deficiência podem se beneficiar do processo de aprendizagem assim como as demais. No entanto, precisam estar em interação social desde cedo e o contexto escolar deve ser receptivo e utilizar recursos pedagógicos adequados para elas possam se desenvolver. (OLIVEIRA; PORTO, 2010, p.46).

As modificações no âmbito escolar não são apenas para oferecer ao aluno uma educação de qualidade, mas também para elevar o rendimento escolar.

Os currículos devem ir ao encontro do aluno com deficiência intelectual, sendo que este não deve seguir um currículo distinto dos demais alunos, pois todos os alunos deveriam ter a mesma educação, contudo a necessidade especial do



aluno será suprida mediante o apoio pedagógico suplementar no contexto do currículo regular.

De acordo com Stainback (1999 *apud* ALMEIDA; MAIA, 2002), os alvos exclusivos da aprendizagem curricular podem precisar de individualização para ser apropriados às necessidades, às habilidades, e aos interesses particulares de cada aluno. Enfatiza assim, que os professores precisam aumentar suas habilidades de comunicação, para terem um agradável e próspero relacionamento com os alunos.

Na formação do currículo, o professor deve levar em consideração o aluno especial, assim como os demais, deve relacionar o aprendizado com assuntos práticos e com a sua experiência diária, de modo a incentivar e aguçar suas curiosidades em relação ao conteúdo.

Segundo Mantoan (2003), ainda está arraigado na sociedade, a visão de que as escolas de qualidade são as que fazem os alunos decorar/ memorizar datas, fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados. Todavia a educação inclusiva visa à reorientação curricular, buscando uma revisão dos conteúdos, metas e prioridades, levando em conta os distintos ritmos e modos de aprendizagem. Tal ação esclarece Glat e Oliveira (2003 *apud* ROTH,2006), foca o aluno ao invés do conteúdo no momento do planejamento, e organização escolar. Trata-se de

[...] tomar decisões sobre os saberes que serão considerados, valorizados ou transmitidos pela escola. É também decidir quanto à criação, ou não, de grupos excluídos e culturas negadas pela escola. A perspectiva multicultural faz com que o currículo se comprometa com o ensino de qualidade e com a perspectiva de acolhimento e respeito às diversidades. (GLAT E OLIVEIRA 2003 *apud* ROTH, 2006, p.22).

Com base nessa corrente de pensamento, podemos verificar que, elaborar currículos, de acordo com Glat e Oliveira (2003 *apud* ROTH,2006) seria reconhecer e valorizar a convivência escolar para assim, abordar uma nova forma de transmitir os conteúdos curriculares.

Propagar uma pedagogia focada na criança capaz de levar a descoberta, inventividade e autonomia do aluno promovendo uma educação de alta qualidade a todos, incluindo aqueles que possuem desvantagens severas, notifica Teixeira (2008), seria de fato, o princípio democrático da “educação para todos”.

Para estar ciente do desenvolvimento intelectual de cada aluno, é importante rever os processos de avaliação. A forma de avaliação mais adequada é a formativa, pois como salientado

possibilita ao professor, identificar as falhas dos alunos e quais os aspectos da instrução que devem ser modificados; e busca o atendimento às diferenças individuais e a prescrição de medidas alternativas de recuperação das falhas de aprendizagem (MENEZES; SANTOS, 2002, p).

Nesse sentido, é fator básico promover o ensino interdisciplinar desenvolvendo o currículo formado por meio do conhecimento e significação e transformar a avaliação em um momento de aprendizagem para o aluno e o educador e não um momento de punição e poder, afirma Teixeira (2008). Assim, o professor mantém-se informado e, conseqüentemente, sabendo da situação do aluno e do nível de aprendizagem, consegue encontrar formas de superar as dificuldades e ajudar os alunos atingirem o conhecimento. A avaliação deve mostrar a capacidade do aluno de criar, de resolver, de descobrir, de inovar, de optar diante de diferentes situações da vida escolar e extraescolar. Ou seja, a avaliação não pode ser entendida como somente a apreensão dos conceitos e números. Isso seria reduzir a capacidade do aluno para decorar e armazenar dados, deixando de lado a análise e crítica das situações cotidianas.

Em relação à avaliação, Mantoan (1998) deixa claro que, notas e conceitos podem ser dispensados facilmente, pois o que importa é o registro do aproveitamento dos alunos em toda trajetória de sua escolaridade, sendo que os registros facilitam o trabalho do professor que irá receber o aluno posteriormente. É adotada uma perspectiva de ensino para todos, aberta às diversidades, em que se avalia a aprendizagem pelo percurso do aluno no decorrer do ano letivo.

No que tange à questão da gestão escolar, a direção deve fomentar um ambiente de bem - estar para o aluno, professor e toda a comunidade. A boa gestão do corpo docente auxilia no êxito de cada aluno, pois a equipe pedagógica deve propiciar uma boa relação com as crianças com necessidades especiais.

Apesar de não ser o único responsável pelo processo de inclusão de pessoas com deficiência, os professores são de suma importância, já que enfrentam as dificuldades de implantar diferentes formas de ensinar em uma sala heterogênea.

### **3 O PAPEL DO PROFESSOR E SUA PRÁTICA COTIDIANA E A INSERÇÃO DO CONTEÚDO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Na sociedade atual, inserir o respeito à igualdade e aceitação do deficiente é um grande desafio. O professor é um dos principais responsáveis por essa tarefa, tendo a capacidade de nortear o desenvolvimento e os pressupostos da inclusão. Desta forma, o educador, segundo Vygotsky (1997)

É aquele orientado prospectivamente, atento à criança, às suas dificuldades e, sobretudo, às suas potencialidades, que se configuram na relação entre a plasticidade humana e as ações do grupo social. É aquele que é capaz de analisar e explorar recursos especiais e de promover caminhos alternativos: que considera o educando como participante de outros espaços do cotidiano, além do escolar; que lhe apresenta desafios na direção de novos objetivos; que o considera integralmente, sem se conter no “não”, na deficiência (tradução nossa) (VYGOTSKY, 1997, p.196 *apud* OLIVEIRA; PORTO, 2010, p.65).

Ao professor cabe conhecer cada aluno, observando suas habilidades, e mediar às aptidões humanas buscando sempre metodologias alternativas para aplicar em sala de aula. Esse aprendizado não deve ser limitar ao campo escolar, mas ir além, no que tange a questão de enfrentar a realidade com confiança e autoestima. A autoestima enriquece o desenvolvimento do aluno.

O professor qualificado e o professor com deficiência constituem fatores-chave na promoção de progresso, no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas, o sistema educativo terá exemplos de vida, para destacar e incentivar os alunos, valorizando que deficiência intelectual ou qualquer outra deficiência, não é sinônimo de limitação. Professores que sirvam de modelo para as crianças especiais, possibilitarão maior reconhecimento na área educacional, pois

os alunos com necessidades especiais precisam de oportunidades de interagir com adultos com deficiência que obtiveram sucesso, de modo a que possam modelar o seu próprio estilo de vida e as suas aspirações por expectativas realistas. Para, além disto, devem ser dados aos alunos com deficiência exemplos de liderança e de capacidade de decisão, de forma a que venham a colaborar na orientação da política que os virá a afetar na sua vida futura. (UNESCO, 1994, texto digital).

É viável a realização de campanhas contínuas destacando os conceitos inclusivistas, como oportunidades de independência e integração para os familiares e alunos, mas para os atuais e futuros professores comuns e especiais. Além disso, é fundamental que os professores compreendam o contexto de inclusão que auxiliem na interação com as crianças especiais.

Teixeira (2008) enfatiza que o professor deve ter disposição humanitária, para lidar com as crianças especiais. Essa disposição não pode ser confundida com o assistencialismo, ou seja, ajudar o outro por acreditar que ele seja menos capaz. É essencial que os professores reconheçam em si uma disposição no processo de inclusão. Significa planejar e programar intervenções pedagógicas que dêem base para o desenvolvimento das crianças e dando-lhes a possibilidade de aprendizagem e autonomia.

A predisposição de professores para a integração de alunos com problemas de aprendizagem, especialmente se esses problemas são graves e têm um caráter permanente, é um fator normalmente condicionante dos resultados que se obtém. Uma atitude positiva é já um primeiro passo importante que facilita a educação desses alunos em uma escola integradora. (COLL, MARCHESI E PÁLACIOS 1995, *apud* ALMEIDA E MAIA, 2002, p.4).

É fato que o professor tem papel preponderante no exercício de aprendizagem. Desta forma é prioridade a formação de professores, que devem saber como trabalhar em sala de aula com habilidades e estratégias para planejar a aula adequadamente.

Como afirma Almeida e Maia (2002) planejar convenientemente o trabalho em sala de aula é centrar-se em programações gerais e específicas; adaptações curriculares; metodologias; organização de tempo e espaço em sala de aula; processos de avaliação; técnicas de trabalho diversificadas; e diferentes estratégias de intervenção em função dos problemas de aprendizagem. Contudo o que se vê atualmente e a constatação da problemática e o dilema da Educação Inclusiva no que tange a formação dos professores.

[...] o que se deve ter em mente é que, para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, há de se contar com professores preparados para o trabalho docente que se apóiam na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvam práticas específicas necessárias para a absorção de crianças com necessidades educacionais especiais. (ALMEIDA E MAIA, 2002, p.22).

Ressalta-se que não é o deficiente que tem que se adaptar aos “normais”, mas estes têm que aprender e adaptar em relação à convivência com os deficientes. Vale ressaltar que, a interação contribui de forma enriquecedora no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo David Rodrigues (2008), doutor em Ciências da Motricidade Humana na área de Educação Especial e Reabilitação, o papel do professor se transformou de transmissor de informação, para facilitador do processo de aquisição de conhecimento. Esta competência implica que para que a informação se transforme em conhecimento precisa ser interpretada, contextualizada, e refletida. Assim, essa tarefa deve ser tanto do professor como do aluno.

Proporcionar ao professor uma ótima aquisição do conhecimento teórico não irá contribuir de maneira efetiva para que este seja capaz de responder aos inúmeros desafios que enfrentará em sala de aula com alunos com necessidades especiais de cunho intelectual. Nesse sentido é de extrema importância situações empíricas que lhe permitam aplicar estes conhecimentos num contexto real.

David Rodrigues (2008) apresenta os modelos e estratégias apropriados para preparar os professores para lidar com os alunos com necessidades especiais educativas, resume sua explicação em cinco pontos básicos:

1-Período da vida profissional: Busca-se um modelo que visa habituar o professor a ver a sua profissão como sendo incompleta, ou seja, o profissional da educação deve se comprometer em realizar um processo contínuo, para que assim, possa enfrentar as dificuldades e desafios, em que vivência no seu dia-a-dia. Isto é dá ênfase ao “desenvolvimento profissional”.

2-Desempenhar um trabalho cooperativo usando estratégias bem sucedidas de “redes de professores”, isto é, o professor não necessita de fazer seus planejamentos, programas e outras atividades educacionais sozinhos, pois o trabalho na chamada “rede de professores” ocasionaria a troca de experiências e êxitos.

3-Conciliar a teoria e as aptidões necessárias para atuar na educação, pois o professor necessita de uma perspicácia para agregar os conhecimentos e experiências para em seguida tomar uma decisão adequada em relação à aprendizagem de um aluno com dificuldades.

4-Desenvolvimento da Educação Inclusiva, no qual vise uma educação para todos sem distinção social, cultural, econômica ou política. Uma educação que

incentive a heterogeneidade, a construção de saberes e êxito para o conjunto de alunos. Podemos elencar o professor com a base dessa educação.

Para promover a Educação Inclusiva à questão não é, muitas vezes, a de encontrar mais pessoas ou pessoas com perfis profissionais diferentes, não é, talvez, encontrar novos recursos ou recursos diferentes; é, sobretudo, por meio de estratégias reflexivas, do trabalho cooperativo lançar um novo olhar sobre as práticas docentes, sobre a equipe e os recursos que a escola dispõe. (RODRIGUES, 2008.p.11).

Nesse sentido, por meio da prática docente é possível desenvolver e conhecer as capacidades de cada aluno e os seus limites.

5-Interligar os diferentes níveis de formação, ou seja, ter em sala de aula um professor de apoio para ajudar na aprendizagem de alunos com dificuldades. Todavia devemos questionar sobre aspectos didáticos e metodológicos desses profissionais, um exemplo claro é saber: Quais são as competências dos professores que se encontram nas escolas com a função específica de apoiar alunos com dificuldades ou com deficiências e como relacionar as ações desses profissionais específicos com os não específicos. Toda essa problemática deve ser pensadas no processo de formação do docente.

David Rodrigues (2008) observa que, existem três dimensões que podem contribuir para a capacitação de professores de apoio no âmbito da educação inclusiva. O autor destaca os saberes, as competências e as atitudes como elementos básicos para a formação do docente.

A dimensão do saber aludir ao conjunto de conhecimentos de caráter teórico, que possam legitimar a adoção de determinadas opções metodológicas. Essa dimensão engloba o conhecimento das características de desenvolvimento e de aprendizagem de alunos com dificuldades ou deficiência, no qual deve centra-se em ações de cunho educacional e não clínico como muitas vezes é reforçado. As prescrições e diagnósticos devem ser analisados na esfera hospitalar, no âmbito educacional o foco deve salientar as questões de planejamento, avaliação, formas de animação de grupo, enfim, o desenvolvimento do processo educacional para os alunos com deficiências. A segunda dimensão diz respeito às competências, entender o “saber fazer” para trabalhar com grupos completamente heterogêneos. Rodrigues (2008) enfatiza que a avaliação, o planejamento e a intervenção fazem parte das competências, para alcançar diferentes valores, entendimentos e práticas para agregar ao processo pedagógico.

Geralmente o professor faz um teste ou prova que não contribuem em nada para identificar aquilo que o aluno é capaz de fazer para além da sua dificuldade de aprendizagem. É primordial avaliar o aluno numa lógica em que possa encontrar indicadores, que consistam em influenciar a aprendizagem momentaneamente e posteriormente.

Observado os saberes e as competências, a última dimensão para a formação do professor seria as atitudes, uma espécie de complemento essencial para as outras dimensões, e assim, para que todas consigam unir-se em prol do progresso dos alunos.

A construção curricular baseada na deficiência ou na dificuldade, para além de ter uma duvidosa probabilidade de sucesso para o aluno, evidencia uma visão do professor que mais realça as dificuldades do aluno do que as suas potencialidades. (RODRIGUES, 2008.p.15).

É essencial que cada um destes domínios reflita no professor para que este conheça inúmeras formas de eliminar e contornar as dificuldades e barreiras no processo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual.

Conhecer experiências, acreditar nas inovações são aspectos que podem influenciar a formação de atitudes e ações dos professores. O sistema educacional necessita oferecer formação ao docente no que tange a uma formação teórica sólida, assim como aplicação dos procedimentos pedagógicos que envolvam os 4 saberes: saber ser, saber fazer, saber conviver e saber aprender defendidos por Delors (1998).

Cabe reconhecer, nesse contexto, a tarefa compartilhada por pais e professores. Os pais favorecem a integração social e escolar e os professores ampliam os valores, os esclarecimentos e a informações aproveitando as opiniões emitidas pelas famílias e a troca de ideias. Assim, os pais e os professores seriam parceiros em prol da educação das crianças com necessidades educativas especiais. A conexão entre família e professor constitui uma estratégia adequada à nova realidade e integração da criança a escola.

Incluir a criança na sala de aula significa guardar, no seu planeamento de atividades, tempos os quais possam a ela se dedicar. Contudo, isso não quer dizer que o professor estará o tempo todo disponível apenas para aquela criança, esquecendo as demais. O processo interacional é fundamental, pois ao promover a participação de crianças especiais com as outras, poderá proporcionar a

oportunidade de contribuição para o trabalho em grupo e, conseqüentemente se sentirá reconhecida, valorizada como um membro produtivo dessa equipe.

Na perspectiva construtivista o cooperativismo é entendido com uma situação excelente de aprendizagem uma vez que existem os momentos de troca e compartilhamento, despertando a sensibilidade, autonomia, criatividade e independência no desenvolvimento cognitivo.

Assim para proporcionar condições favoráveis para que o professor reflita sobre o ensino é extremamente importante pensar o currículo e as adequações (organizativas, de objetivos, de conteúdo, de método e organização didática, de avaliação e de temporalidade) necessárias para atender as necessidades educacionais especiais presentes em cada sala de aula. Sendo assim, delimitando a pensar apenas a prática do professor em sala.

### **3.1 Currículo e Adequação curricular**

Diante da diversidade que se verifica no âmbito escolar é necessário considerar medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender aos alunos com deficiências. Apesar das necessidades diferenciadas, é fundamental proporcionar o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares, como deixa explícitos os PCN's (1998), entretanto, além das capacidades intelectuais dos alunos, devem considerar na hora da construção do currículo, os seus interesses e motivações.

O currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades. Assim, pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar. (BRASIL/PCN's, 1998, p.31).

O Projeto Pedagógico da escola deve orientar a construção e funcionalidade do currículo, como um meio de promover a aprendizagem para os alunos com deficiência intelectual, enfatizando alguns aspectos essenciais para a concretização da prática escolar. Tais como: a atitude positiva da escola para atender às diferenças individuais dos alunos; a identificar as necessidades educacionais especiais para encontrar recursos e meios para auxiliar na sua



educação; optar por currículos abertos e propostas curriculares diversificadas; inserir no processo educacional professores especializados, serviços de apoio e por fim adotar a flexibilidade quanto à organização escolar para estar de acordo com a pluralidade de alunos elenca os PCN's (1998).

Desta forma, ao pensar em adequação curricular é preciso considerar as necessidades especiais individuais, a prática pedagógica e o dia a dia escolar.

As adaptações curriculares estabelecem possibilidades educacionais para enfrentar e conseguir superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Nessas circunstâncias as adaptações curriculares implicam torná-lo adequadas as singularidades dos alunos com necessidades.

Assim, o currículo atenderia todos os alunos de forma “dinâmica, alterável e passível de ampliação”, pressupõe os PCN's (1998) Para obter êxito no favorecimento da aprendizagem o PCN recomenda ao professor a utilização de recursos de acesso ao currículo para alunos com deficiência intelectual.

Ambientes de aula que favoreçam a aprendizagem, tais como: atelier, cantinhos, oficinas etc.; Desenvolvimento de habilidades adaptativas: sociais, de comunicação, cuidado pessoal e autonomia. (BRASIL/PCN, 1998, p.47).

Apresentar formas variadas para ministrar uma aula atrai a atenção do aluno e proporciona um excelente resultado na obtenção de conhecimento, é notório que a prática de adotar metodologias diversificadas distintas da tradicional, isto é, do famoso quadro e giz, possibilita ao aluno com deficiência intelectual uma maior aprendizagem. Apesar de apresentar atraso cognitivo e motor, este aluno necessita de atividades inovadoras, criativas que aticem a sua imaginação e curiosidade.

Ao abordar atividades lúdicas no ensino de História, o professor estará estimulando o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras e sensoriais, contudo é preciso ser cauteloso ao realizar determinada atividade, pois é fundamental analisar o grau de habilidades de cada aluno. A busca por inovações é imprescindível.

### **3.2 O Trabalho com a Disciplina de História na Perspectiva do Desenvolvimento do Deficiente Intelectual**

Segundo Figueiredo e Gomes (*apud*, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p.36) “não existe um método ideal para organizar as atividades para os alunos com deficiência intelectual”, entretanto salienta as autoras, não se deve utilizar uma sucessão de métodos indiscriminadamente. Deve-se, porém, refletir sempre sobre a prática e as chances de interação do aluno é uma forma de verificar a eficácia das estratégias e se necessário adaptar/alterar os procedimentos empregados. Trata-se de um novo desafio,

Superar atividades repetitivas e desprovidas de sentido para assumir uma nova e revolucionária postura frente à deficiência intelectual: possibilitar a constituição destes alunos como sujeitos históricos, capazes de apreensão dos bens simbólicos e de desenvolvimento de seu pensamento e não apenas de suas habilidades. (BRASIL/SME-SP, 2008. p.25).

O meio escolar deve proporcionar ao discente uma aprendizagem como sujeito histórico, em que aprender não seja sinônimo de repetir as mesmas ações, mas uma apropriação de seu significado social, dando ênfase para o sentido de todas as ações.

Neste sentido, utilizar diferentes estratégias metodológicas no processo do ensino de História é uma forma de ligação entre as atividades escolares e a vida social. Em que os alunos deixam de serem meros receptores passivos e tornam-se sujeitos ativos e críticos nas atividades propostas.

A história faz parte do cotidiano de todas as pessoas, é uma eterna construção, em que se observam as ações dos homens no decorrer do tempo, em distintos espaços. O conhecimento histórico salienta as permanências e transformações do indivíduo.

A visão das Ciências Humanas como um saber produzido pelo ser humano, historicamente construído e marcado por características culturais, permite que professores e alunos nos debruçemos sobre o conteúdo dessas disciplinas com uma postura responsável, de quem se sente fazendo parte de um processo histórico-cultural, para compreendermos a produção deste conhecimento como um legado de outras gerações, para que possamos reconstruí-lo em situação de aprendizagem e o ressignificar para o momento histórico em que vivemos e o contexto social de que fazemos parte.(PULINO, 2015, p. 6).

O saber histórico visa desenvolver a capacidade de diálogo e da argumentação, o reconhecimento destes alunos como sujeitos históricos, como cidadãos do mundo, ou seja, que eles fazem parte e contribuem para a construção da história. Desta forma o aluno terá uma visão ampla acerca do mundo em que vive, compreendendo assim a existências de outras culturas e povos. Contudo

transmitir esses conhecimentos para o deficiente intelectual é uma atividade delicada que deve ser enfrentada.

De acordo com Fonseca (2008) a partir dos últimos 20 anos, a discussão sobre a incorporação de diferentes fontes e linguagens nas Ciências Humanas e em especial no ensino de História tem aumentado consideravelmente devido ao crescimento do campo tecnológico da indústria cultural e o movimento historiográfico que intensificou as pesquisas.

Um aspecto importante, que devemos valorizar é a utilização de filmes. No livro “Didática e prática de ensino de História”, Fonseca (2008, p.185) ressalta que, os filmes assim como os documentários “enriquecem a nossa formação e as atividades de ensino e aprendizagem de história”. Um exemplo é o curta-metragem de Jorge Furtado “Ilhas de Flores”, que por meio de 15 minutos narra de forma clara, objetiva, e com um jogo de imagens e conceitos a organização e a qualidade da vida capitalista. Este curta-metragem analisar como o espaço social é formado historicamente pelos seres humanos no decorrer dos anos.

Além dessas estratégias, Rizzini (2010) aborda algumas sugestões que podem enriquecer a metodologia utilizada com os deficientes nas aulas de História, bem como, em outras ciências humanas destacando que é fundamental o professor utilizar o interesse que o aluno tem por determinados assuntos, temas e como acredita ser a melhor forma para realizar tal atividade. Exemplificando: certo aluno gosta de discutir sobre guerra, desta forma o professor deve atenta-se, para uma maneira de trabalhar esse tema envolvendo sempre o conhecimento que o aluno contém sobre tal assunto. Esse é um jeito de proporcionar que o deficiente intelectual seja mais participativo e crítico durante a aula.

Outra estratégia é a utilização da música. Incorporar música representa uma possibilidade de buscar outra forma de olhar temas, fatos e práticas sociais históricas. Todavia, adverte Fonseca (2008, p.205), os professores precisam “dialogar com essas fontes com sensibilidade, emoção e crítica, respeitando os limites e as fronteiras discursivas próprias de cada linguagem”. Devemos nos atentar que todas as fontes históricas e também livros didáticos necessitam ser trabalhados de forma crítica e sensível, não apenas com os deficientes intelectuais, mas com qualquer estudante.

Desse modo é preciso atenção e cuidado em manejar a fonte histórica buscando sempre inovações. Em suas pesquisas, Silva (2009, p.123) enfatiza que

os alunos com deficiência intelectual “preferem as disciplinas que permitem a sua “participação”, entre elas, a História”. Desta forma faz-se necessário a busca por ferramentas diferentes para estimular a adaptação e o gosto pelo âmbito escolar e suas disciplinas.

### **3.3 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa e Discussão dos Resultados Alcançados**

Desse modo, a partir da discussão bibliográfica realizada nos capítulos anteriores, foi realizada uma pesquisa de campo no Centro de Ensino Especial em Planaltina-DF. Sobre a realidade da instituição, podemos destacar o que o Projeto Político Pedagógico da escola coloca sobre a comunidade,

A insegurança, a violência, a marginalização, a exclusão, a falta de ética, a carência de uma reflexão crítica e a crise dos valores são algumas tensões do cotidiano. Planaltina não se diferencia dessa situação, é uma cidade histórica, onde processos migratórios internos aceleraram as diferenças entre as classes. É nesta realidade, com todas as suas discriminações, seus contrastes, suas injustiças que nos movemos, é neste espaço que vivemos, que de uma maneira ou outra participamos e por ele somos responsáveis. Situar-se nesta dimensão exige reformulação, reflexão e uma ação consciente para que o homem possa voltar a ser o agente transformador e sujeito de história.

Inserida em uma realidade cercada por problemas sociais, políticos e econômicos, o Centro de Ensino Especial atendem estudantes com deficiência e suas famílias, num resgate a cidadania. Os atendimentos são pautados na proposta da Coordenação de Educação Inclusiva - COEDIN, onde prevê que só ficarão no CEE 01 estudantes que não tem perspectiva imediata de Inclusão Escolar na Rede Regular de Ensino. Desta forma faz-se necessário o atendimento especializado no sentido de amenizar impedimentos que obstruem a participação plena da Pessoa com Deficiência na sociedade, para que futuramente esta possa está na rede regula de ensino.

Refletindo sobre a situação da comunidade e vendo a importância de lidar com os deficientes a pesquisa de campo utilizou como instrumento o questionário com 08(oito) questões abertas e fechadas, visando uma abordagem qualitativa na área da educação inclusiva. Por pesquisa de campo, entende-se

aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI E LAKATOS, 2010, p.169).

Essa pesquisa foi de grande importância para se alcançar os objetivos em relação à atuação do professor e o ensino da disciplina de História para deficientes intelectuais.

A pesquisa foi realizada no Centro de Ensino Especial de Planaltina-DF e participaram 12 (doze) professores que atuam ou já atuaram com estudantes com DI. Durante a pesquisa interventiva, a pesquisadora propôs as ações interventivas para duas professoras, contudo apenas uma docente aceitou participar desta fase da pesquisa. Deste modo a interação entre a pesquisadora e a participante possibilitou a execução das propostas interventivas.

Como dito anteriormente, a coleta de dados foi desenvolvida com um questionário contendo 08(oito) questões abertas e fechadas.

entrevista estruturada é uma das técnicas de coleta de dados composta por questões escritas apresentadas aos detentores de dados, para a obtenção de opiniões, percepções, interesses, situações vivenciadas, dentre outros. (COSTA, 2008, p.58).

A pesquisa foi realizada no dia 30 de outubro 2014 com os professores que estavam na sala de coordenação vespertina do Centro de Ensino Especial em Planaltina-Df. A parte empírica deste estudo foi aplicada ao um grupo de estudantes com a colaboração e participação da professora regente.

As ações interventivas foram realizadas durante o mês de Setembro e Outubro de 2015. A análise das ações foi construída com base na observação da pesquisadora deste estudo.

Ressalta-se que, a coleta de dados foi fundamental para o estudo, pois o foi possível realizar um paralelo entre a teoria e a prática pedagógica utilizada pelos professores entrevistados. Os resultados da pesquisa estão dispostos com a apresentação dos questionamentos propostos, bem como as respostas obtidas e a discussão em relação aos pontos abordados pelos professores que atendem aos deficientes intelectuais.

Foram selecionadas apenas algumas respostas devido ao fato que as respostas dos questionamentos propostos na entrevista foram respondidas de forma semelhante parecida pelos professores entrevistados.

### 3.3.1 Resultado e discussão

Tabela 1 - Perfil sócio-demográfico dos professores participantes da pesquisa que atuam no Centro de Ensino Especial de Planaltina-DF, 2014.

<b>Gênero</b>	<b>Número de Professores</b>	<b>Porcentagens</b>
<b>Feminino</b>	12	<b>100%</b>
<b>Masculino</b>	0	<b>0%</b>
<b>Total:</b>	12	<b>100%</b>
<b>Faixa Etária</b>	<b>Número de Professores</b>	<b>Porcentagens</b>
<b>De 20 a 25 anos</b>	02	<b>17%</b>
<b>De 26 a 30 anos</b>	06	<b>50%</b>
<b>De 31 a 40 anos</b>	03	<b>25%</b>
<b>Mais de 41 anos</b>	01	<b>8%</b>
<b>Total:</b>	12	<b>100%</b>
<b>Tempo de Profissão</b>	<b>Número de Professores</b>	<b>Porcentagens</b>
<b>1 a 4 anos</b>	05	<b>41%</b>
<b>5 a 10 anos</b>	05	<b>41%</b>
<b>Mais de 10 anos</b>	02	<b>17%</b>
<b>Total:</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>

fonte: tabulação de dados realizados pela autora

Em relação ao gênero dos entrevistados pode-se perceber que há predominância do gênero feminino. A respeito da idade e tempo de atuação profissional, pode-se perceber que boa parte dos docentes já trabalha a mais de cinco anos no âmbito educacional, sendo este um ponto que pode favorecer a percepção em sala de aula com a deficiência intelectual. Pois estas professoras usam da prática cotidiana como uma forma de aprimoramento e formação profissional.

A realidade escolar revela que a formação do professor não é algo pontual, pois um curso de graduação, um simpósio ou até mesmo fazer uma pós-graduação na área inclusiva, não significa que o professor esteja preparado.

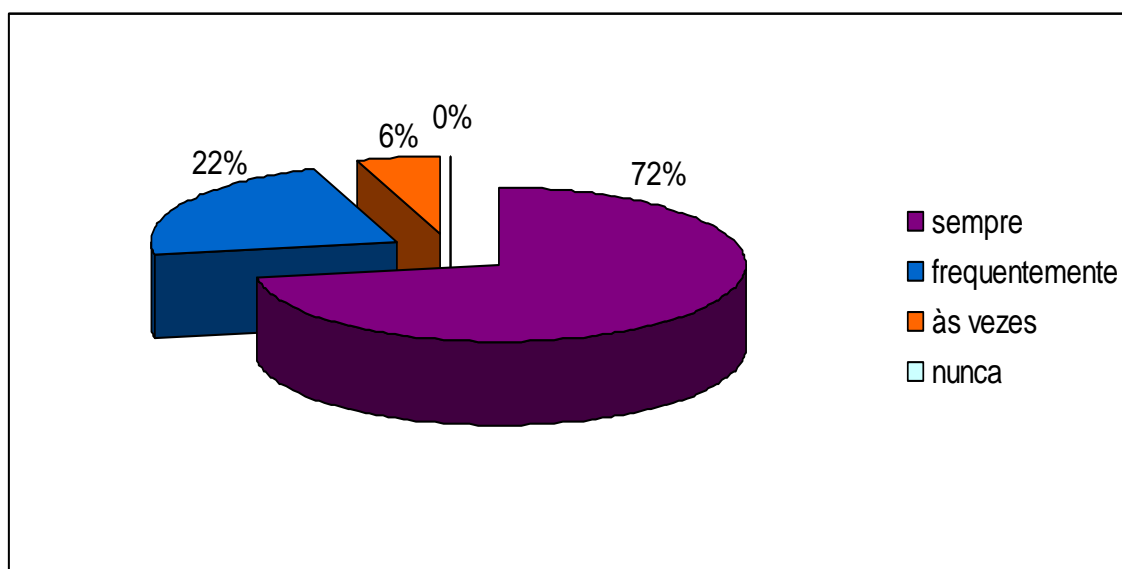
Apesar das discrepâncias entre a teoria e a prática, a formação continuada de professores proporciona contribuição significativa na aprendizagem do aluno, pois, apresenta algumas adequações metodológicas que visa melhorar o ensino-aprendizagem.

O processo de formação continuada dos professores e suas competências abrange todas as facetas do ato de educar, onde se possa entender o ato de avaliar com sendo mais amplo do que a simples aferição de conhecimentos decorado, durante a trajetória acadêmica as mudanças que

estão em discussão vão mais longe.... por outras palavras, uma formação que ajude o aluno a aprender e o professor a ensinar. (PERRENOUD, 2001, *apud* JESUS, 2009, p.42)

O processo exige que o profissional se renove a cada dia com uma opção metodológica inovadora e dinâmica, porém insiste em uma formação consistente que propicie valores e atitudes frente ao educando e aos desafios do cotidiano da prática educacional.

GRÁFICO 1 – A percepção dos professores sobre a socialização da criança com deficiência intelectual e socialização com a turma e o professor.



fonte: tabulação de dados realizados pela autora.

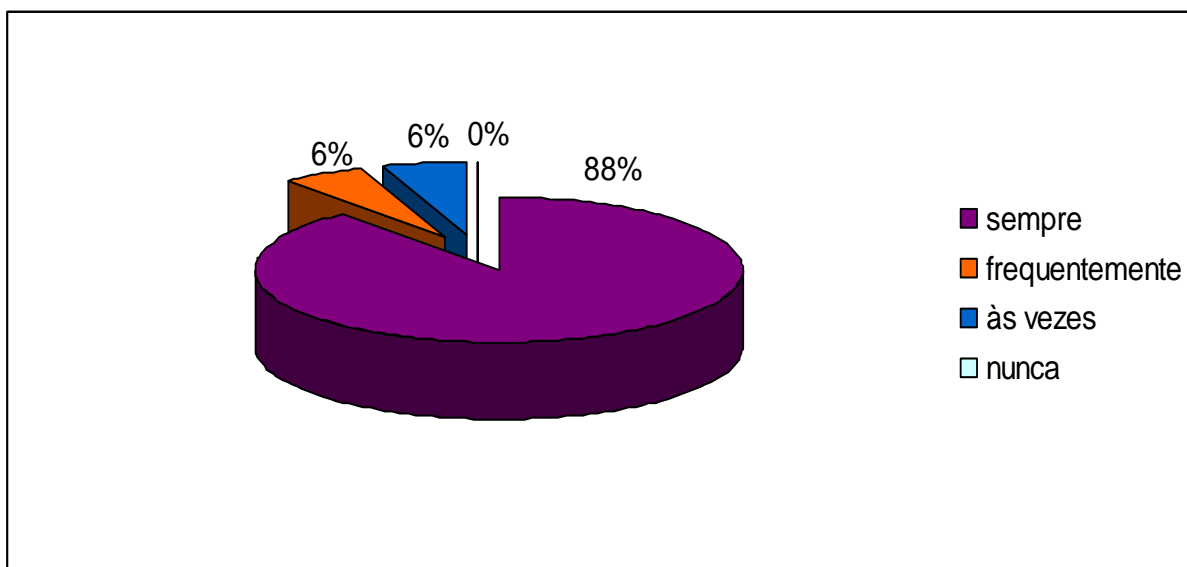
Conforme apresentado no gráfico 1, 72% (nove) das entrevistadas consideram que sempre interfere na socialização da criança com o professor e a turma, 22% (duas) acreditam que frequentemente e 6% (uma) avaliam que às vezes.

A maioria das professoras acreditam que, a socialização da criança com deficiência intelectual com a turma e o professor ficam prejudicados. Segundo Baquero (1998), para Vygotsky a criança é fruto de sua interação com o meio, ou seja, a convivência familiar da criança pode interferir na socialização escolar da mesma, assim cabe ao professor no ambiente da sala proporcionar momentos que favoreçam a socialização da criança com dificuldade de interação social. Pois

conforme o texto Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os direitos humanos “a escola é um lugar para se viver e conviver, e não um espaço para se ensaiar a vida”.

O processo de inclusão não propõe ter somente a presença e a socialização do deficiente em uma sala de aula, mas a construção do conhecimento e as condições necessárias para o crescimento e desenvolvimento da autonomia. Uma educação comprometida com a formação do cidadão e que apóie ações unificadas que propiciem um meio escolar completo e unido, sendo inaceitável qualquer forma de discriminação e segregação.

GRÁFICO 2 – A perspectiva dos professores sobre a relevância da participação da família no processo de aprendizagem das crianças com deficiência Intelectual



fonte: tabulação de dados realizados pela autora.

De acordo com os resultados apresentados no gráfico 2, 88% (dez) das professoras consideram que a participação da família sempre ajuda na construção da aprendizagem, 6% (uma) acreditam que frequentemente e 6% (uma) acreditam que às vezes.

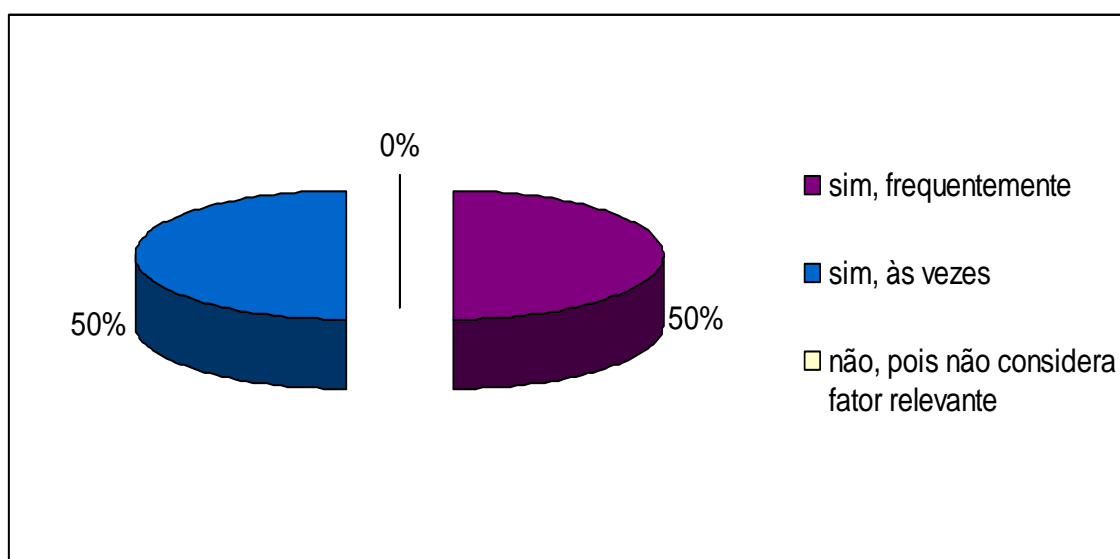
Segundo Carvalho (2000), a escola conta cada vez mais com a participação da família para alcançar o sucesso da aprendizagem escolar das crianças, entretanto, a instituição deve estar ciente que nem todos os pais participam da vida escolar dos filhos, sendo a escola uma das responsáveis por educar as crianças que recebem o apoio da família.



A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores e a comunidade é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. A participação da família e da comunidade traz para a escola informações, críticas, sugestões, solicitações, desvelando necessidades e sinalizando rumos. (ARANHA, 2004, p.09).

Desta forma a tríade aluno, família e professor podem contribuir de modo significativo para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual. O discurso do professor e suas ações com o aluno deve sempre elevar a concepção de interação e respeito à diversidade em sala de aula. Paula (2007) acrescenta que o convívio familiar proporcionar oportunidades de adquirir novos conhecimentos e informações importantes, para apoiar e favorecer o desenvolvimento no campo social, pessoal e educacional. Sem contar que qualquer mudança de perspectiva social, cultural ou educacional requer o esforço conjunto de pessoas por um mesmo objetivo.

GRÁFICO 3- As atividades de integração família e escola e sua frequência no ambiente escolar



fonte: tabulação de dados realizados pela autora.

Conforme demonstrado no gráfico 50% (seis) das professoras relataram que a escola promove com frequência atividades que integrem a família e a escola, as outras 50% (seis) consideram que as atividades de integração família e escola acontecem quando há necessidade (às vezes).

Dessen e Polonia (2007) enfatizam a importância de a escola proporcionar espaços que favoreçam a interação entre a família e a escola, como na

associação de pais e mestres e no conselho escolar. Estes são recursos simples que a instituição pode utilizar para aproximar a comunidade da escola.

### **3.3.1.1 Questões Subjetivas Aplicadas aos 12 Professores Centro de Ensino Especial em Planaltina-DF, 2014.**

Neste ponto, destaca-se a outra parte da pesquisa, composta por questões subjetivas com a perspectiva dos professores. Todos os participantes foram informados que suas identidades seriam mantidas em sigilo. Para melhor organização da pesquisa, os professores foram identificados como: P.1, P.2 e assim sucessivamente.

#### **1. Como você vê a formação acadêmica dos professores para a atuação com crianças que possuem deficiência intelectual?**

P. 1: “Com muita teoria e pouca prática, porque aprendemos mesmo é em sala de aula”.

P. 2: “Superficial. Infelizmente o professor aprende a lidar com essas dificuldades na prática”.

P.3: “A formação é boa, porém o suporte para a prática é precário”.

P. 4: “Ainda é precária, pois a realidade para lidar com crianças com problemas é diferente dos conteúdos utópicos do curso de pedagogia”.

P.5: “A formação capacita os discentes de forma bem mais dinâmica que os demais cursos”

Diante das observações acima, nota-se que muitos professores consideram a formação acadêmica falha para a atuação prática em sala de aula com alunos com deficiência intelectual.

É relevante refletir sobre a questão dos conteúdos dos cursos de licenciatura, uma vez que o conhecimento teórico adquirido durante o curso deve fornecer subsídios intelectuais para o educador adequar as teorias à realidade escolar. Assim, também compete ao educador a função de mediar o conhecimento

teórico e a prática vivenciada no ambiente escolar. Marques (1994) relata que o processo de formação do professor é contínuo, ou seja, o educador deve se sempre buscar diferentes maneiras de ensinar, para atingir o maior número de alunos possíveis.

**2) É possível ensinar História para alunos que não conseguem ler e escrever? Em caso afirmativo, qual seria a metodologia empregada pelo professor para o êxito do ensino de História?**

P.1:“Sim. Após passar conceitos básicos e de fácil entendimento ao aluno, o professor estimularia a narração de fatos proporcionando ao aluno oportunidade de participação, possibilitando ainda, questionamentos e trocas de conhecimento com os colegas”.

P.2:“Sim, através da associação de gravuras com a história contada”.

P. 3:“ Sim, é possível ensinar história para alunos que não sabem ler e escrever, o que é bastante positivo, pois acaba por estimular a leitura para os alunos”.

P.4“ Sim, é possível com o método natural onde o aluno usa a fala, para expor suas ideias e o que entendeu com a interpretação, leitura de textos ensinados pelo professor”.

P.6“ Sim, pode ser utilizado o método fônico e o visual”.

P.10“ Sim, usando gravuras e figuras de fatos históricos”.

P.11“Não”.

Avaliar a prática pedagógica e rever as experiências educativas são ações que os profissionais da educação devem realizar, já que com metodologias tradicionais o desenvolvimento do estudante acontece de forma comprometida.

Os professores entrevistados em sua maioria optam pela metodologia visual e oral relacionando imagens e sons podemos então ressaltar os ateliê e oficinas, citados na PCN's (BRASIL, 1998) que possibilitam aos alunos a realização de tarefas diversificadas, como recortes, pinturas e pesquisas sobre a manifestação da vida e da existência humana. Nesses espaços discentes e docentes poderão desenvolver suas habilidades sociais, comunicativas, cuidados pessoais e, sobretudo o trabalho coletivo.

As possibilidades metodológicas aplicadas pelas professoras superam a prática de utilização de livros didáticos e apostilas extensas como ferramentas características no ensino de História. O emprego de vídeos, imagens e áudios são linguagens diferentes que estão voltadas para o desenvolvimento de habilidades e construção de conceitos.

Entretanto constata-se por meio da observação de algumas aulas, que os métodos adotados pelas professoras são ineficientes para o público alvo, que são os DI. Verificou-se que os estudantes estavam dispersos e envolvidos em outros pensamentos. Desta forma, conclui-se que as metodologias aplicadas e defendidas pelas professoras não resultam em uma aprendizagem significativa para o estudante, não contribuindo para a formação deste como sujeito histórico.

Durante a observação foi possível perceber que os estudantes conversavam entre si sobre algumas histórias e acontecimentos pessoais. Diante da realidade observada foi proposto como ação interventiva a contação de histórias.

Colocado em prática a contação de história foi levado em consideração o ambiente e o horário para tal atividade. Organizou-se um espaço no canto da sala de aula, com cadeiras em círculo, o horário escolhido para a contação foi após o lanche matutino, pois os alunos estavam tranquilos. A história escolhida foi sobre Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, sendo feito um breve rascunho da história que seria contada. Iniciou-se a história e no decorrer desta houve mudanças no tom da voz de acordo com os acontecimentos, por fim foi pedido que os estudantes finalizassem a história cada qual da sua maneira.

Em conversa com a professora, esta relatou sobre a experiência da contação de história “ *Contar história requer uma preparação por minha parte, tenho que saber a história toda, para que essa atividade não seja mais uma leitura, percebi os alunos menos dispersos e mais apreensivos para saber o que iria ocorrer na história. Acredito que é possível transformar qualquer tema em uma contação de história, contudo temos que deixar de lado a ideia de que os alunos com DI não entendem tal assunto*”.*[sic]*

O desfecho dado por cada aluno foi impressionante e controverso. Para verificar se houve algum tipo de aprendizagem, utilizou-se o reconto, podendo ser o

desenho uma sugestão válida e eficiente. Observou-se que por meio do reconto que a ideia principal do tema histórico abordado foi compreendida.

A contação de histórias conjuntamente como a disciplina de História ajudaram os estudantes a responder indagações, levando-os a reflexão, romperam com os estereótipos e aumentaram os referenciais dos sujeitos. Pois para a contação de histórias

A criança que ainda não sabe ler convencionalmente pode fazê-lo por meio da escuta da leitura do professor, ainda que não possa decifrar todas e cada uma das palavras. Ouvir um texto já é uma forma de leitura (BRASIL/RCNEI, p.141).

O estudante com DI possui muita dificuldade com a leitura, por meio da contação de história o ato de ouvir dar oportunidade para que tenha acesso a uma forma de leitura. Diante desta forma de leitura surge possibilidades para a imaginação.

Imaginar é evocar seres, colocá-los em determinada situação, fazê-los viver como se quer. É criar um mundo a seu bel-prazer, libertando-se. Tudo é possível. Tudo acontece. Na vida artística, imaginar é um ato criador. Na vida cotidiana, imaginar é uma atividade paralela à ação que exercemos, ligada à realidade. A imaginação é um processo. O imaginário é seu produto. (POSTIC, 1993, p. 13 apud BESSANI, 2010, p.2)

O desfecho da história criado por cada estudante possibilitou a este ser participante da história, pois com o imaginário é possível viajar por outros mundos e outras realidades. A criatividade é a única coisa que se faz necessário para que ocorra a trama. Ao iniciar esta atividade desenvolve-se e enriquece a linguagem, o vocabulário, o raciocínio lógico, as relações sociais, a memória e as emoções. A contação de histórias não trata apenas a fantasia e o irreal, mas também resgata fatos e momentos da nossa cultura e da história, pois essas histórias podem transportar o ouvinte para espaços e tempos diversos.

Em relação à arte de contar história,

o professor ao contar histórias possibilita o diálogo entre as experiências vivenciadas socialmente pelo aluno e o texto e isso possibilita o desenvolvimento da leitura, potencializa a imaginação, amplia universo cultural e a compreensão do mundo. (Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos- 2014, p.6)

Ainda dentro dessa perspectiva de espaço dinâmico de usufruir da contação de histórias, o docente pode usar as datas comemorativas, como Dia da

Independência do Brasil, Dia da Consciência Negra e outras, para encenar dramatizações teatrais com o auxílio dos alunos com deficiência, sempre os envolvendo nas atividades referentes à experiência do homem ao longo da história.

### **3) O que você considera essencial para que o educando com deficiência intelectual possa aprender História?**

P.1:“Utilizar métodos visuais como forma de empregar o conteúdo”.

P.2:“Motivação dos professores e capacitação desses educadores para lidar com esses educandos”.

P.3:“ Estímulos para proporcionar a oralidade e a interpretação. O professor deve respeitar o tempo do aluno introduzindo lentamente as informações dando sequência somente quando ele demonstrar o início da aprendizagem”.

P.9:“É essencial uma aula que chame a atenção do aluno, talvez uma aula na qual o aluno possa participar seria interessante”.

P.10:“Atenção e interação”.

P.12:“Carinho do professor, paciência, determinação e sabedoria na escolha dos métodos que irá usar obedecendo ao tempo de cada aluno”.

Com essas falas, percebe-se que os professores respeitam o tempo do aluno e também incentivam a participação os alunos durante as aulas. A interação deve fazer parte da rotina dos alunos.

Para estimular e incentivar o desenvolvimento da participação, autonomia e crescimento dos alunos, o professor pode destacar em sala de aula a importância das atividades lúdicas. Com a atividade o aluno busca alcançar o seu objetivo, assimilando a realidade. Um exemplo de atividade lúdica é o quebra-cabeça com personagens históricos. Nessa, atividade o aluno reúne todas as partes para compor o rosto e/ou cenário de um determinado fato, a partir daí o professor procura provocar o aluno a respeito daquele fato e, assim, inicia-se um diálogo sobre tal evento. Desta forma é possível situar o acontecimento histórico relacionando-o ao contexto em que ocorre.

Em sala de aula foi confeccionada pela professora um quebra-cabeça tendo como tema história uma personalidade nacional, a presidenta do Brasil. A atividade proposta foi realizada por um grupo de três estudantes. O tempo de duração foi de 40 minutos, pois os estudantes não estavam entrando em consenso

sobre como colocar as partes do quebra-cabeça, neste momento a professora interferiu. Ao término da montagem os estudantes perceberam que já tinha visto a personagem. Surgiu logo alguns comentários, tal como *“Ela estava na televisão falando do dinheiro”*, outro disse *“é a mulher do Brasil”* e outro por sua vez disse *“minha mãe xinga ela”*.

Diante dos comentários dos estudantes, percebeu-se que houve a identificação da personagem histórica e a partir do que os estudantes falaram, a professora regente foi explicando quem era a mulher na atividade sua função e profissão.

Os estudantes fizeram algumas perguntas como base no que foi explicado pela professora, *“Por que a Dilma cuida da gente?”*, *“Por que tem gente que não gosta dela? Ela é brava?”*. A professora foi tentando responder a sua maneira as indagações dos estudantes.

Questionada sobre os resultados da brincadeira a professora mostrou-se satisfeita com o desenrolar da atividade, por que verificou que os estudantes estavam expõe-se como sujeitos críticos.

Em relação ao ato de brincar, Vygotsky afirma que *“apesar da relação brincadeira-desenvolvimento poder ser comparada à relação instrução-desenvolvimento, o ato de brincar proporciona um suporte básico para as mudanças das necessidades e de consciência”* (HORN, 2004, p.17), brincadeira não é apenas para as crianças, mas para todos que estão em desenvolvimento.

A brincadeira cria oportunidades, recriar situações, adquire noções básicas, elabora habilidades e conhecimentos.

Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver menino sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados, tolhidos e enfileirados em uma sala de aula sem ar, com atividades mecanizadas, exercícios estéreis, sem valor para a formação dos homens críticos e transformadores de uma sociedade (ANDRADE, 1930,p.38 *apud* ARAÚJO, Michell. BRAVO, Dirlan. RODRIGUES Grenes s.d., p.73).

Desta forma, o brincar deve ser uma metodologia aplicada no cotidiano escolar, pois colabora como o ensino de forma interativa e leva os estudantes a descobrirem e conhecerem a sua realidade.

Para Vygotsky (*apud* FALCONI; SILVA, 2010) a relação entre o jogo e aprendizagem, é muito importante, pois ajuda no desenvolvimento cognitivo das crianças. O jogo incita a construção do saber através de aprendizagem significativa.

Desta forma o jogo auxilia na capacidade de observação, concentração, assim como na forma em que o aluno vai erguer sua aprendizagem e desenvolvê-la. Porém, o jogo deve ter como objetivo o desenvolvimento de capacidades intelectuais, motoras e de socialização.

Neste sentido, para que o aluno possa aprender a lidar melhor com desafios, o professor deve encorajá-lo para que participe do processo de confecção e prática do jogo.

#### **4) Qual é a importância do ensino de História para os alunos com deficiência intelectual?**

P. 1: “ Para melhor compreender a realidade que estão inseridos”.

P.2: “ Propicia interação social”.

P.4: “Fixação do conteúdo, raciocínio lógico, o aluno aprende e grava na memória a história que ele poderá repetir depois contando para alguém”.

P.8: “ É importante para que o aluno perceba e valorize a história e a bagagem intelectual de cada um”.

P.11: “Despertar a imaginação e valorizar criatividade de cada aluno”.

P.12: “Para seu desenvolvimento e conhecimento em relação a história do mundo, sobre o que aconteceu antes de nascerem e mostrar que eles tem a mesma capacidade que os outros para aprender uma disciplina considerada difícil”.

A P. 4 relatou o que grande parte dos professores acadêmicos despreza o ato de decorar determinado conteúdo. Devemos nos atentar para essa fala, pois rotular a disciplina de História como se esta fosse apenas a fixação de conteúdo é bastante criticado no meio educacional. Todavia ressalta-se a fala da P. 1 que destaca que o estudo da História é uma forma de compreender a realidade em que os alunos estão inseridos maneira crítica e reflexiva.

Compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais que estamos vivenciando, desenvolver valores e construir identidade são alguns aspectos do ensino de História. Deste modo, o ensino auxilia o estudante com deficiência intelectual a criar em si um sentimento de pertencimento, pois devido às dificuldades intelectuais, motoras e sociais não adquirem um conhecimento primário sobre a sociedade em que vive.

Com o ensino de História é importante que o estudante se perceba como um ator e construtor da sua história, da história local, nacional e mundial.



Após propor como ação interventiva o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao mundo e o sentimento de maior humanidade, a parte empírica foi realizada com um grupo de estudantes com DI.

Ao propor para a docente que esta dialogasse com os seus alunos sobre estes sentimentos, o resultado esperado era a autoestima dos discentes. Contudo a experiência de uma roda de conversa com alguns estudantes para ressaltar que estes fazem parte da história da escola, da cidade, do país e do mundo, gerou os entre eles uma indiferença, ficou explícito por meio dos comentários dos alunos não tinha entendido a mensagem que a professora estava tentando passar.

Desta forma, verificou-se que a experiência da roda de conversa com os alunos sobre a ideia de pertencimento ao mundo e maior humanidade não foi uma metodologia apropriada para o tema, pois apesar do esforço e diálogo da professora o resultado esperado não foi alcançado. Assim, iremos buscar por meio das pesquisas uma nova metodologia para tratar desse tema.

O sentimento de pertencimento faz com que o deficiente intelectual não fique isolado em seus pensamentos e reflexões, como sujeito de direitos e cidadão atuante este pode ter uma formação integral como pessoa, pois como destaca Moreira

aprender a ser sujeito da história, adquirindo a consciência do mundo como o ser-estar-do-homem-no-mundo e saber praticar esta consciência em prol da construção de um mundo cada vez mais humano, de modo que por meio de seus atos o homem o construa como um mundo cada vez melhor para si mesmo, isso dá certo sobretudo quando se começa desde pequeno(In: GUIMARÃES; FALLEIROS, 2005, p.4 apud Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP Santos- 2014)

Construir um mundo cada vez mais humano é papel de todos os indivíduos. A ideia de humanidade possibilita que o estudante se aproxime e entenda sua realidade, eleva ao máximo suas experiências com o outro e amplie sua visão de mundo, assim a consciência de mundo inicia.

Neste sentido o Carbonari (2014), relata sobre a necessidade de manter, afirmar e criar novos direitos por meio do sentimento de maior humanidade.

a educação em direitos humanos é aquela capaz de formar para resistir a todas as formas de opressão, de violação dos direitos; mas também é aquela que forma sujeitos de direitos capazes de solidariamente viabilizar as melhores condições para que todos e todas possam viver concretamente

os direitos humanos permanentemente (SOUSA *apud* CARBONARI, 2014, pp. 178-179).

Implementar nas escolas públicas a educação em Direitos humanos é uma alternativa pedagógica para que o sentimento de pertencimento e de maior humanidade sejam vivenciados pelos estudantes sendo uma ação interventiva que possibilitará uma mudança interna da pessoa.

**5) Quais as habilidades necessárias que o professor deve ter para lidar com os estudantes com deficiência intelectual? Qual é a maior dificuldade em lidar com esses alunos?**

P.1: “A primeira é gostar de trabalhar nessa área. Depois se preparar, adquirindo teorias e conciliando com métodos práticos para melhor auxiliar o aluno na aquisição da aprendizagem. A grande dificuldade é conhecer as limitações dos alunos para poder atuar, tendo em vista, adaptá-lo nessa sociedade excludente”.

P.3: “O educador deve saber interpretar na maioria das vezes o que eles querem dizer. Por serem mais lentos no processo de aprendizagem, deve ter calma e se aprimorar na forma de ensinar o educando”.

P.6: “Paciência, compreensão de que todos somos diferentes e valorizar as habilidades de cada um”.

P.9: “Primeiro o professor deve ser especializado na área, conhecer técnicas e métodos corretos e a maior dificuldade é respeitar o tempo de aprendizagem e as diferenças de cada um”.

P.10: “O professor precisa ter paciência e capacidade adequada, para lidar com esse aluno. A maior dificuldade pode ser emocional e a falta de estrutura e material didático adequado a essa necessidade”.

P.12: “Paciência e maleabilidade. A dificuldade se encontra na falta de preparo e instrução na formação acadêmica de alguns docentes”.

Nota-se que a angústia permeia quase todas as falas e é relacionada com esta a teoria educacional que se apresenta, no entendimento da maioria das entrevistadas como dissonante da prática cotidiana. Entretanto um dado comum entre os professores entrevistados a afirmação de que gostam e admiram o que fazem. Cunha (1989) relata que as relações que o professor estabelece com o “ser” e o “sentir” refere-se ao prazer, entusiasmo, exigência, princípios e valores presentes na sala de aula, no qual o a experiência positiva com a docência realimenta o gosto pelo ensino cada dia mais.

De acordo com as dificuldades relatadas pelas professoras, podemos enfatizar as ideias de Vigotsky sobre as zonas de desenvolvimento “ o desenvolvimento Real nos aponta o desenvolvimento retrospectivo e a Zona de Desenvolvimento Proximal, o prospectivo” essas ideias podem contribuir para conhecer o estudante e o conseqüentemente saber como atuar e processar as informações necessárias para que aja a aprendizagem.

A vivência harmoniosa e enriquecedora prevista na educação inclusiva deve ultrapassar os muros da escola e expandiu-se por toda a sociedade, pois a construção de uma nova consciência, deixando para trás o preconceito, a discriminação e a exclusão deve aflorar neste século e nos próximos, para que todas as pessoas possam usufruir de um sistema educacional sério, dedicado, democrático e justo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs discutir e refletir sobre as discordâncias entre a teoria e a prática de uma educação voltada para deficientes intelectuais e analisar as concepções docentes quanto às metodologias empregadas no ensino da disciplina de História para esse público.

Ao analisarmos a implantação da inclusão escolar, percebemos a complexidade da tarefa, contudo ao se deparar com deficiência intelectual, essa tarefa torna-se um caminho sinuoso e oculto, pois as ações pedagógicas voltadas para o deficiente visual, para o deficiente auditivo, para o deficiente físico, são ações de fácil aquisição e aplicação no meio educacional, mas quando se refere à deficiência intelectual, o discurso é mais complexo. Desta forma é urgente que o docente procure na área da pesquisa, as metodologias apropriadas para cada especificidade apresentada pelo aluno.

Refletindo sobre essa perspectiva, podemos concluir que não existe uma solução fechada para resolver as dificuldades do discente com deficiência intelectual, pois cada um possui um estilo de aprendizagem diferente, tendo o professor que recorrer a recursos pedagógicos e métodos diferenciados, para que tais alunos se sintam estimulados e seguros. É preciso pois, refletir sempre sobre a prática e chances de interação do aluno é uma forma de verificar a eficácia das estratégias e se necessários adaptar/alterar os procedimentos empregados. Trata-se de um desafio: ultrapassar as atividades repetitivas e mecânicas.

A partir da revisão bibliográfica realizada, verificamos que a sociedade está diante de um grande desafio e, é primordial uma reflexão a respeito das estratégias e habilidades dos membros do sistema educacional com objetivo de romper com o estigma da discriminação e da evasão escolar.

O deficiente intelectual é reflexo do meio onde está inserido, se nesse meio perpetua a recepção, a dedicação e o bom tratamento, o aluno será fruto desse meio social, assim como qualquer outro aluno que apresenta necessidades educativas especiais, e alunos que não possuem tal especificidade.

Por meio da pesquisa de campo analisamos a necessidade de novos procedimentos de ensino, novas estratégias metodológicas, capazes de trabalhar o potencial de cada um dos alunos, respeitando suas singularidades. Assim para que o deficiente se desenvolva é preciso percorrer caminhos alternativos e recursos

especiais, uma vez que existe a necessidade de ousar para buscar metodologias diferentes, romper com a prática tradicional no qual o professor tem o monopólio da palavra e da escrita.

A elaboração desta pesquisa tem como objetivo encontrar estratégias metodológicas para o ensino de História para crianças com deficiência intelectual. Com base nas entrevistas realizadas com alguns professores, percebeu-se que, estes acreditam utilização de fontes visuais, atividades lúdicas e respeito ao tempo de cada aluno são os meios necessários para a construção de conhecimento. Desta forma, buscou-se outros meios, visto que os métodos aplicados pelas professora não atendiam completamente as necessidades dos estudantes.

A pesquisa interventiva propôs como estratégias metodológicas a contação de história, o brincar e o sentimento de pertencimento ao mundo. Notou-se que a contação de histórias era uma prática pessoal dos estudantes podendo ser utilizada pelos docentes para ampliar os conhecimentos estudantis. O brincar iniciou-se por meio de pesquisas que ressaltam a importância de brincadeiras concretas para o desenvolvimento dos discentes com DI. Por fim, a ideia de estimular no aluno o sentimento de pertencimento ao mundo, perceber que é um sujeito ator e construtor da história.

O compromisso com o deficiente deve ser renovado a cada instante, pois não podemos esquecer que estes almejam e expressam o ideal de uma escola inclusiva.

A pesquisadora Zilma de Moraes Ramos de Oliveira salienta que as crianças sem exceção, têm eficiências e deficiências em suas formas de relacionar como o mundo, sendo fundamental focar nas eficiências para ampliar as oportunidades de aprender.

Aborda-se a necessidade de outros pesquisadores aprofundem a temática proposta nesse trabalho, pois esse foi apenas uma reflexão inicial da questão relacionado à prática do professor junto aos deficientes intelectuais. Como pesquisadora vivenciei a resistência dos profissionais de educação em inovar nas suas práticas cotidianas. Em relação ao projeto de intervenção pretende-se continuar não como pesquisadora-observadora, mas como pesquisadora-atuante, pois como observadora senti que poderia fazer mais pelos estudantes com DI, desta forma almejo atuar para transformar o contexto social desses estudantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ângela Maria Mota de. MAIA, João Luiz Feitosa. **Educação Inclusiva um estudo descritivo das ações docentes**. Universidade da Amazônia. Belém, Pará. 2002,46 p.

ALVES, Denise de Oliveira e BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. Experiências Educacionais Inclusivas: refletindo sobre o cotidiano escolar In: ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 191 p.

ANGONESE, Larissa Schikovski. SCHMIDT, Andréia. **O Adulto com Deficiência Intelectual: Concepção de Deficiência e Trajetória Escolar**. Eixo Temático: Diversidade e Inclusão. IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicologia. 26 a 29 de outubro de 2009-PUCPR, p.4293-4303.2009

APAE São Paulo. **O que é Deficiência Intelectual?** 2008. Disponível em: <<http://www.apaesp.org.br/DeficienciaIntelectualHome.aspx>> . Acesso em: 08 de Agosto de 2014

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a família** / coordenação geral SEESP/MEC ; Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 4 , 2004.

\_\_\_\_\_. **Visão histórica In: Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 01,2005.

\_\_\_\_\_. **Construindo a escola inclusiva In: Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.04. 0,2005.

ARAÚJO, Michell. BRAVO, Dirlan. RODRIGUES Grenes. **A contação de histórias como estratégia pedagógica: contribuição para a aprendizagem e desenvolvimento no ensino fundamental**. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/12/Artigo%206.pdf> . Acesso em 26 de outubro de 2015.

ARNAIZ, Sánchez Pilar. **A educação inclusiva: o modo de construir escolas para todos no século XXI**. In: Revista Inclusão - Revista da Educação Especial,Outubro,2005.

BAQUERO, Ricardo. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1998

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BESSANI, Daniela. **A Arte de contar histórias nas séries iniciais**. Universidade Estadual de Maringá, Campus Regional de Cianorte. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/12/Artigo%206.pdf> Acesso em 26 de outubro de 2015.

BLATTES, Ricardo Lovatto ( org.)**Direito à educação : subsídios para a gestão dos sistemas educacionais :orientações gerais e marcos** 2. ed . – Brasília: MEC,SEESP, 2006

BRASIL, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação infantil.**Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil** Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998 a.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. 1º e 2º ciclos, vol.7. Brasília: MEC, 2004

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC / SEF/SEESP, 1998 b. 62 p.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LBD fácil: leitura crítico-compreensivo: artigo/artigo**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.p.157.

CARVALHO, Cláudia Maciel. **Violência infanto-juvenil, uma triste herança na Educação Especial**. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. Papirus Editora,Campinas, SP, 1989.

DELORS, J.**Educação: um tesouro a descobrir**.Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez; Brasília. DF: MEC: UNESCO, 1998.

DEFICIÊNCIA, **Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) • Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência : SNPD – SDH-PR, 2014.**

DONATO, Danilo; STEIGENBERG, Fernanda. **A lição necessária: Deficientes intelectuais na escola da inclusão e do preconceito**. CESUMAR, Maringá,2008

DUTRA, Claudia Pereira. **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial** - Out/2005  
Secretária de Educação Especial, v.1, nº1, 2005

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro; SILVA, Nelcimar Ivone. **O Atendimento Educacional Especializado – AEE**, 2010  
Disponível:[http://www.logisticaiec.com.br/Eftrat%C3%A9giat%C3%B3gicas%20EE3.pdf](http://www.logisticaiec.com.br/Eftrat%C3%A9giat%C3%A9giat%C3%B3gicas%20EE3.pdf). Acesso em 20/08/2015

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. **Aspectos legais e orientação pedagógica**. Mar. 2007.

FIGUEIREDO, R.V. e GOMES, A. L. **A emergência da leitura e escrita em alunos com deficiência mental**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Mental. Brasília, MEC/ SEESP/SEED, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de ensino em História**. 7 ed.Campinas: Papirus, 2008. v. 1 (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

GODÓI, Ana Maria. **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização :deficiência física**. [4. ed.] / elaboração profª Ana Maria de Godói – Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD... [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial ,2006. 98 p.

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Projeto de Acessibilidade Virtual RENAPI/NAPNE**. Rio Grande do Sul - Campos Gonçalves Bento Julho/2010 slide 01 a 26

JESUS, Elineide Miranda de. **O Aluno com deficiência em turmas do ensino regular**. Monografia (especialização) – Universidade de Brasília. Curso de Especialização Para Professores do Ensino Médio do GDF. Recursos Humanos e suas Tecnologias. Brasília - DF, 2009.45f.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva – Orientações pedagógicas**. In: Aspectos legais e orientação pedagógica. Mar. 2007.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Unijuí, 1992.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."Avaliação formativa" (verbetes). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=300>, Acesso em 23/9/2014.

OLIVEIRA, Márcia Denise Marques de; PORTO, Marcelo Duarte. **Educação inclusiva: concepções e práticas na perspectiva de professores**. Brasília: Editora Aplicada, 2010.



OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **O trabalho com crianças com necessidades educativas especiais**. In: Educação infantil: fundamentos e métodos. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OMS. **Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual**, 2004.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva** / Ana Rita de Paula, Carmen Martini Costa - reimpressão -. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Cartilha das pessoas com deficiência**. Caxias do Sul. Disponível em: <[http://www.caxias.rs.gov.br/\\_uploads/conselho\\_pessoas\\_portadoras\\_deficiencia/cartilha\\_pcds.pdf](http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/conselho_pessoas_portadoras_deficiencia/cartilha_pcds.pdf)> Acesso em 01 de Outubro de 2015.

PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. **Tornar-se cidadão/cidadã: a ética na educação**. In: Tornar-se humano e os Direitos Humanos In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 4:Seção II Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 17 de setembro de 2015

\_\_\_\_\_. **Educar pela e para a cidadania, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos**. In: Tornar-se humano e os Direitos Humanos. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 4:Seção III Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 18 de setembro de 2015

RIZZINI, Irene. **Crianças e adolescentes com deficiência mental no Brasil: um panorama da literatura e dos dados demográficos** / Irene Rizzini e Cristiane Diniz de Menezes. – Rio de Janeiro: CIESPI: PUC - Rio, 2010.p 18

RODRIGUES, Cinthia. **Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência**. Revista nova escola. Edição 223, jun. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.Abril.Com.Br/inclusao/educacao-especial/formas-criativas-estimular-mente-deficientes-intelectuais-476406.Shtml>> Acesso em: 08 de Outubro de 2015

RODRIGUES, David. **Desenvolver a educação inclusiva: o desenvolvimento profissional**. Secretaria de Educação especial/MEC. Inclusão: Revista Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 2, p. 7-16, jul./out. 2008

RUIZ, Hérica Elaine Barbosa. **Metodologias alternativas no aprendizado de pessoas com necessidades educativas especiais, incluindo deficiência mental, em níveis diversificados de comportamento**. Secretária de Estado da Educação-PDE, Pitanga, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Especial 01 DE PLANALTINA-DF.** 2014.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientações Técnicas. **Referencial sobre a Avaliação da Aprendizagem na área da Deficiência Intelectual.** São Paulo :SME/DOT,2008

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Deficiência mental ou deficiência intelectual.** s.l., dez.2004. <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/deficiencia-mental-ou-deficiencia-intelectual/> Acesso em 20 de setembro de 2014

SEESP/MEC.**Saberes e práticas da inclusão : recomendações para a construção de escolas inclusivas.** [2. ed.] /Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.96 p.

SOUSA, Maria Augusta de. **INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO MÉDIO: EDUCANDOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.** Monografia (especialização) – Universidade de Brasília Curso de Especialização Para Professores do Ensino Médio do GDF. Recursos Humanos e suas Tecnologias. Brasília - DF, 2009.45f.

SOUSA, Nair H. Bicalho de. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos.** In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 8 :Seção III) Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 23 de novembro de 2015

SOTO, Ana Paula,SOARES; Márcia Torres Néri; RAMOS,Marleide Batista A Formação Docente e o Respeito à Diversidade: perspectivas para uma escola inclusiva no município de Feira de Santana/BA. ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 191 p.

TEIXEIRA, Karine Ribeiro **“FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL MÓDULO – I** Coordenação Pedagógica Instituto Prominas, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Conferência Mundial sobre necessidades educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Espanha, 1994.

WERNECK,C. **‘Sou Humano’! Expandindo a Consciência Social.** Revista Educação e Família. 5.ed, Ano 1, 2003.

## APÊNDICE – A: QUESTÕES DA ENTREVISTA

**1) Qual a sua percepção sobre a frequência de interferência da socialização da criança com deficiência intelectual e socialização com a turma e o professor?**

( ) sempre ( ) às vezes ( ) frequentemente ( ) nunca

**2) Qual a frequência e relevância da participação da família no processo de aprendizagem das crianças com deficiência Intelectual?**

( ) sempre ( ) às vezes ( ) frequentemente ( ) nunca

**3) Qual a frequência da utilização atividades que visem a integração família e escola e sua frequência no ambiente escolar?**

( ) sempre ( ) às vezes ( ) frequentemente ( ) nunca

**4) Como você vê a formação acadêmica dos professores para a atuação com crianças que possuem deficiência intelectual?**

---

---

---

**5) É possível ensinar História para alunos que não conseguem ler e escrever? Em caso afirmativo, qual seria a metodologia empregada pelo professor para o êxito do ensino de História?**

---

---

---

**6) O que você considera essencial para que o educando com deficiência intelectual possa aprender História?**

---

---

---

**7) Qual é a importância do ensino de História para os alunos com deficiência intelectual?**

---

---

---

**8) Quais as habilidades necessárias que o professor deve ter para lidar com os estudantes com deficiência intelectual? Qual é a maior dificuldade em lidar com esses alunos?**

---

---

---

**Dados Sócio Demográficos**

Gênero \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Titulação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação \_\_\_\_\_

Seu cargo é? ( ) contrato ( ) efetivo